

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia**

CATARINA SIMONETTI DE MATTOS

Nas brechas e nos contratempos: cotidiano e vivências dos entregadores de aplicativo nas zonas de pouso - *Por uma defesa do encontro*

In the gaps and in the offbeat: daily life and experiences of app delivery drivers in landing zones - *Towards a defense of the encounter*

**São Paulo
2024**

CATARINA SIMONETTI DE MATTOS

Nas brechas e nos contratempos: cotidiano e vivências dos entregadores de aplicativo nas zonas de pouso - *Por uma defesa do encontro*

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de pesquisa: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Mb MATTOS, CATARINA SIMONETTI DE
Nas brechas e nos contratempos: cotidiano e
vivências dos entregadores de aplicativo nas zonas de
pouso - Por uma defesa do encontro / CATARINA
SIMONETTI DE MATTOS; orientador CÉSAR RICARDO SIMONI
SANTOS - São Paulo, 2024.
94 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Cotidiano. 2. Uberização. 3. Desigualdade
sócio-espacial. 4. Centralidade. 5. Encontro. I.
SANTOS, CÉSAR RICARDO SIMONI, orient. II. Título.

MATTOS, CATARINA SIMONETTI DE. **Nas brechas e nos contratempos:** cotidiano e vivências dos entregadores de aplicativo nas zonas de pouso - Por uma defesa do encontro. 2024. 94 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Aprovada em:

Bancas Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Aos entregadores que, com força e coragem, sobrevivem e resistem ao domínio do capital. Que todos os dias se jogam à sorte em busca de poder mais do que sobreviver, viver com dignidade. A eles, todo o meu apoio e solidariedade infinitos.

Agradecimentos

Gostaria de começar afirmando a incapacidade de agradecer suficientemente a todos que fizeram parte do processo de produção desta pesquisa e, enfim, de toda a minha formação até agora. Palavras, evidentemente, se mostram completamente escassas, então deixo o convite a uma cerveja para todos que seguem:

Primeiramente, gostaria de agradecer profundamente ao orientador e mestre César Simoni. Pela parceria e companheirismo de se jogar nesta pesquisa e por me ajudar a vasculhar por cada canto desse mundo tudo aquilo que ainda vale a pena ser buscado. Por me orientar e ser capaz de instigar o melhor de mim.

Gostaria de agradecer ao meu pai e a minha irmã, que foram fundamentais nesse processo em nossas conversas e reflexões diárias aos cafés-da-manhã, almoços e jantares. Por me orientarem e me darem força para viver, crescer e engrandecer. Por serem meu refúgio, me dando a segurança que precisei para acreditar em mim mesma ainda que, eventualmente, acabe tropeçando. Por me ajudarem a levantar e ficar de novo nos meus próprios pés, entre a coragem e a serenidade. À minha mãe, pelo acolhimento e colo ao longo de toda vida, que, com muito carinho, me permitiram ser quem sou hoje. Às minhas tias e avós, raízes da vida, que me acolhem, cuidam de mim e me ensinam a amar. À minha família, não existem palavras.

Às minhas amigas e amigos da escola, companheiros desde tempos primordiais, que me ajudaram a segurar as pontas nos momentos mais duros e difíceis. Nas trocas e conversas, nas cervejas e celebrações, nas lágrimas e risadas. Bom mesmo é saber que temos para onde correr quando tudo adoce. Ana, Antonia, Gabi, Clara Cruz e Thalenberg, Lorena, Ba, Marina, Lela, Paola, Jade e Deco. Ao Bena, companheiro de sonhos e boas partilhas há tanto tempo.

Às minhas amigas e amigos da Geografia, que compartilham comigo o amor por esse mundo e, por isso, a vontade de mudá-lo, criando, assim, um espaço outro. À Isa, minha companheira na busca por compreender a paleta dos sentimentos infinitos da vida e o sonho por um mundo melhor. Marina Feijó, Lari, Fe, Kamy, Helena, Fran, Luana, Josi, Furia, companheiras e companheiros de trocas, de alegrias e dores no vão da FFLCH e fora dele. Ao Jihad, com quem compartilho essa sede por entender o pensamento lefebvriano e de tantas boas trocas e amizade. Ao Lucas, que foi meu companheiro nos tantos corres da pesquisa e das boas partilhas.

Aos tantos amigos e amigas que fui encontrando no meio do caminho e que, cada um num tempo e espaço, foi ganhando um pedacinho do meu coração. Cami, Mila, Magá, Vina, Ana Costanti e tantos outros. À Lívia, que me escuta com tanto cuidado e ternura.

Ao Rafa e à Nina, que me ensinaram que só a luta muda a vida. Por compartilharem comigo as ruas e os sonhos, criando a possibilidade de botar a cara à tapa nesse mundo tão cruel porque temos uns aos outros.

Aos meus professores de escola, que me permitiram ser um tanto rebelde, um tanto careta, para me encontrar, enfim, nesses caminhos maravilhosos e tortuosos da vida. Sou quem sou por todos aqueles e aquelas que depositaram um pouco de esperança em mim. Especialmente ao Gustavo e à Paulinha, eternos mestres da arte de geografar, que iluminaram estes sendeiros para que eu pudesse andar nos últimos cinco anos. À Elisa e à Lívia Fioravanti, pelos aprendizados dentro e fora da sala de aula e pelas contribuições tão profundas e caras à pesquisa e à minha formação. Também ao Fábio, que reacende meu amor pelo zapatismo e pela autonomia.

Ao grupo de pesquisa do PIPAE - Zonas Cinzentas e Território, pelas discussões encantadoras e enriquecedoras. Por me ensinarem na prática o que é a Geografia e por contribuírem profundamente para o debate dos trabalhos de aplicativo no cenário brasileiro.

À PIBIC/CNPq, pelo fomento e financiamento de uma parte importante da pesquisa durante o seu desenvolvimento como iniciação científica.

Por fim, aos esfarrapados desse mundo, que lutam, resistem e sustentam as brechas nos muros; aqueles que a chama nunca se apaga. O meu mais profundo respeito e humildade de poder observá-los, ouvi-los e aprender com eles. Neste ciclo contínuo que é a vida, é preciso perder toda e completamente a esperança para, enfim, poder reencontrá-la e enxergar os horizontes que nos guiam.

Que possamos nos encontrar cada vez mais em nossas dores e alegrias, que possamos sentir tudo o que se tem para sentir. Que possamos ter tempo e espaço para amar, para rir, para desejar, para sonhar e se deleitar com as pequenezas e grandezas dessa vida tão curta, em que tempo nenhum é suficiente para suprir essa sede de viver. Que o mundo se torne, enfim, cada vez mais nosso e de todos. Saúde.

Para todos a luz, para todos, tudo!

“Para derrubar o muro, basta abrir uma fenda...”

Subcomandante Insurgente
Galeano (2021)

“(...) a coragem é uma questão coletiva e nunca somente individual; é por isso que continuamos a dar importância a certas formas de rito coletivo, especialmente, à disposição do encontro. ”

Marcelo Tarì (2013)

RESUMO

MATTOS, CATARINA SIMONETTI DE. **Nas brechas e nos contratempos: cotidiano e vivências dos entregadores de aplicativo nas zonas de pouso - Por uma defesa do encontro.** 2024. 94 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

A partir da segunda metade do século XX, a urbanização e a produção do espaço ganham profunda relevância nos processos de acumulação do capital, na medida em que ocorre uma intensa migração espacial do capital, sob o contínuo empenho de buscar novos territórios a serem incorporados no processo de valorização e, eles próprios, tornarem-se espaços de valorização. Tendo isso em vista, o espaço da cidade de São Paulo é produzido de maneira profundamente desigual e segregada, estabelecendo-se segundo a relação dinâmica e dialética entre centro e periferias. Há, no desenvolvimento e expansão dos trabalhos de aplicativo, um processo de recrudescimento da relação dialética centro-periferia, condição dos processos de exploração e acumulação. Os fluxos diários dos trabalhadores e trabalhadoras demonstram a reprodução dos deslocamentos já reiterados na metrópole, ligados à produção de uma cidade cujas experiências sócio-espaciais e temporais são incisivamente desiguais e fragmentadas. Emerge, desse processo, uma contradição associada às dinâmicas e práticas da vida cotidiana dos entregadores de aplicativo: ainda que dispersos pelo espaço, os trabalhadores e trabalhadoras passam a se concentrar em determinadas regiões da cidade - as regiões centrais. Surgem, nestas regiões, pontos de concentração dos entregadores, entendidos como *zonas de pouso* e espaços da possibilidade do encontro e da socialização. Dessa forma, a presente pesquisa visa compreender os processos de formação de espaços de concentração dos entregadores como *zonas de pouso*, analisando-as enquanto locais de reunião, criação de vínculos e sentidos de coletividade.

Palavras-chave: Cotidiano; uberização; centralidade.

ABSTRACT

MATTOS, CATARINA SIMONETTI DE. **In the gaps and in the offbeat**: daily life and experiences of app delivery drivers in landing zones - Towards a defense of the encounter. 2024. 93 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

From the second half of the 20th century onwards, urbanization and the production of space gained profound relevance in the processes of capital accumulation, as there was an intense spatial migration of capital under the continuous effort to seek new territories to be incorporated into the valorization process and, in turn, become spaces of valorization. With this in mind, the space of the city of São Paulo is produced in a profoundly unequal and segregated manner, established according to the dynamic and dialectical relationship between the center and the peripheries. The development and expansion of the app-based work sector has led to a process of intensification of the dialectical relationship between the center and the peripheries, a condition of the processes of exploitation and accumulation. The daily flows of workers demonstrate the reproduction of the displacements already repeated in the metropolis, linked to the production of a city whose socio-spatial and temporal experiences are incisively unequal and fragmented. From this process, a contradiction emerges associated with the dynamics and practices of the daily lives of app delivery workers: although dispersed throughout space, workers begin to concentrate in certain regions of the city - the central regions. In these regions, points of concentration of delivery workers emerge, understood as landing zones and spaces for the possibility of meeting and socializing. Thus, this research aims to understand the processes of the formation of spaces where delivery workers gather as landing zones, analyzing them as places of meeting, creation of bonds and senses of collectivity.

Key-word: Daily life; uberization; centrality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - *Zona de pouso* dos entregadores no Largo da Batata

Figura 2 - Foto da *zona de pouso* dos entregadores nas docas do shopping Eldorado.

Figura 3 - Foto do conserto de bicicletas nas docas do shopping Eldorado.

Figura 4 - Foto de entregadores reunidos em frente ao Oxxo da Avenida Cidade Jardim.

Figura 5 - Pelotão da polícia militar no Largo da Batata.

Figura 6 - Entregador sendo enquadrado na Avenida Faria Lima.

Figura A1 - Mapa dos deslocamentos de 210 entregadores por bicicleta do local de moradia.

Figura B1 - Mapa de melhores regiões para entregas por bicicleta na cidade de São Paulo segundo o iFood e localização das bases do iFood Pedal.

Figura C1 - Mapa da capacidade e localização das estações Bike Itaú na cidade de São Paulo.

Apresentação

A presente pesquisa é fruto de um pouco mais de dois anos de trabalho. Após um crescente interesse pelo pensamento lefebvriano, cultivado a partir de disciplinas cursadas no trágico momento da pandemia, seguiram-se algumas conversas com o professor e orientador César Simoni, com quem tive a oportunidade de desenvolver uma iniciação científica no começo do ano de 2022.

Durante os últimos anos, deparei-me com um belíssimo texto do Subcomandante Insurgente Galeano (antes Subcomandante Marcos e atual Capitão Marcos), figura emblemática do Exército Zapatista de Libertação Nacional, chamado O Muro e a Fenda¹ que traçava pensamentos do movimento zapatista a respeito da anatomia do capitalismo. No texto, Galeano desenvolve a analogia de que o modo de produção capitalista seria como um muro. Um muro que se pretende interminável e inabalável, que se regenera a cada golpe e que é capaz de se adaptar a todo momento. Olhar para as paisagens do espaço capitalista parece remeter a essa sensação: de onde partir para pensar novos mundos? Violência e miséria parecem assolar cada esquina, cada rua e cada bairro. E, então, em um mundo em que tudo parece fadado à derrota, os zapatistas nos respondem: para derrubar o muro, basta abrir uma fenda. É disso, portanto, que partimos.

Do laboratório capitalista que são as novas formas de controle, gestão e exploração do trabalho, surge a reflexão a respeito dos espaços ocupados pelos entregadores durante uma entrega e outra, no seu tempo de almoço, de descanso e, no limite, de socialização. Se a cidade, em si, se torna o espaço de trabalho e o tempo, cada vez mais reduzido à contínua produtividade e competitividade entre trabalhadores e trabalhadoras, como poderiam, então, terem surgido os “Breques dos Apps” - greve dos entregadores de aplicativo - durante os últimos quatro anos? Partia-se, assim, de alguma percepção a respeito da importância do encontro: ele parece guardar algo de extremamente significativo; e, também, que a condição do encontro passa, invariavelmente, pela dimensão do espaço.

Enquanto iniciação científica, a pesquisa buscou construir uma perspectiva de análise que pretendia compreender aquilo que Henri Lefebvre entende como a dialética do possível-impossível, para poder pensar os horizontes; o deslumbre para-com o pensamento lefebvriano trouxe reflexões a respeito da vida cotidiana e, naquela etapa, buscamos entender o cotidiano

¹ GALEANO, S. I. **Contra a hidra capitalista**. São Paulo: N-1 edições, 2021.

como dimensão central de análise e objeto concreto, na medida em que é nele que emergem dimensões esquecidas e apagadas da vida. Isto é, mesmo que a vida seja dura, que estejamos caminhando para um buraco sem precedentes, que a precarização e dilaceração sejam a regra, ainda parece haver espaço para aquilo que resta, que é resíduo. Aquilo que, feitas todas as subtrações, resta, e pode sustentar a esperança.

Naquele momento, concentramos os nossos esforços em entender a dualidade da vida cotidiana segundo Lefebvre (1991): na sua penúria e na sua beleza. A sua condição enquanto produto do mundo da mercadoria, do conjunto social e da história e, simultaneamente, a sua condição de resíduo e lugar do irredutível. Resíduo, porque ainda existe e reside em nós aquilo que não é interessante ao tempo e espaço do capital: os sonhos, os afetos, os corpos. Irredutível, porque nem mesmo o domínio dilacerador do capital poderia destruir por completo. Desenvolvemos, assim, a noção de brecha, tão cara à pesquisa, fruto da reflexão da flor da palavra zapatista. Entendemos a brecha como aquilo que permite ver o outro lado do muro; brecha, como uma fissura dessa vida que parece completamente homogeneizada e hegemonizada pelo capital; e, brecha, enquanto a possibilidade de existir de uma outra forma que não a sobrevivência penosa.

Sob essa ótica, partimos para a análise do cotidiano dos entregadores de aplicativo. Após uma revisão teórica a respeito das transformações do mundo do trabalho e das condições com os quais eles se realizavam com a expansão e arraigamento dos trabalhos de aplicativo no Brasil, o objeto se pôs a si mesmo: durante passagens por uma importante centralidade do capital, a Avenida Faria Lima, destacavam-se na paisagem alguns poucos entregadores sentados, no espaço próprio do trabalho – os múltiplos espaços da cidade – em chamativos agrupamentos. Agrupamentos que pareciam breves, mas, ainda assim, pulsantes. A ideia cresceu, então: apesar de tudo, ainda haveria a possibilidade do encontro. O questionamento a respeito das condições e qualidades desses espaços foram, desta forma, o que guiou – e continua a guiar – a pesquisa.

Com a necessidade de ampliação e aprofundamento tanto do debate teórico, quanto do debate empírico, nos propusemos a dar continuidade à pesquisa em uma nova fase, esta que aqui se apresenta. Para o trabalho final de graduação, porém, a pesquisa se encarrega de compreender as *zonas de pouso* em suas múltiplas dimensões, partindo dos processos contraditórios da realidade como ponto de largada. Foram necessárias novas e insistentes idas a campo, em busca de compreender, de fato, como, onde e por que emergem estes espaços de encontro; nos perguntamos, assim, quais poderiam ser as suas limitações, os conflitos e as contradições que deles e com eles se produzem. Desenvolvemos discussões relativas às noções de centralização e centralidade, conceitos chaves da geografia. Buscamos complexificar as

concepções e compreensões acerca destes espaços estudados, compreendendo-os em sua condição dialética de tensão entre o encontro e o confronto, caracterizando-os e almejando nos aproximar deles a partir daquilo que os próprios entregadores nos apresentaram de sua vivência e nos contaram de suas histórias.

Este relatório é, assim, fruto de reflexões desenvolvidas a partir de esforços coletivos diversos, sem os quais, sem sombras de dúvida, ele não poderia ter sido realizado; por meio de leituras e fichamentos, individuais e coletivos; por meio de debates e reflexões com o orientador, com o grupo de pesquisa de Zonas Cinzentas e Território (PIPAE)², com familiares e companheiros de vida; em trabalhos de campos e conversas com os entregadores, que permitiram o avanço na compreensão acerca das profundas e complexas transformações da vida que marcaram radicalmente as últimas décadas do cotidiano de pessoas reais, de carne e osso, de sonhos e paixões.

Pensar a esperança parece algo profundamente distante, na medida em que somos continuamente atravessados por tragédias que expressam o passo acelerado de um mundo que caminha diretamente ao abismo. Em uma contínua tentativa de “redução de danos”, estamos constantemente construindo formas de resistência com a possibilidade de futuro cada vez mais distante e, talvez por isso, nos propusemos a buscar o que ainda há de possível para a elaboração de horizontes possíveis em metrópoles urbanas profundamente desiguais, fragmentadas e segregadas. Escolher um objeto tão profundamente contraditório, tão imensamente complexo, nos lembra que é preciso, justamente, partir dos resíduos. Partir daquilo que, feitas todas as subtrações, resta e resiste. Toda a luta se inicia dali: do que resta, apesar de tudo, e que nos lembra de que a vida é mais porosa do que parece. São dos encontros e na relação com o outro, são dos afetos e dos desejos mais profundos de transformar a vida que se pode, afinal, “cultivar a feroz árvore do ódio ao opressor, com o amor que combate e libera”³. Me lembro, nesse processo, que é preciso, antes de mais nada, partir daquilo que é celular: da faísca e da fagulha que incendeiam o mundo, das sementes que dão as flores e frutos, daquilo que é real e concreto, virtual e possível - tudo junto e ao mesmo tempo.

² Zonas cinzentas e território: transformações do trabalho e das condições de vida urbana dos trabalhadores de plataforma: contrapontos e aproximações. O projeto de pesquisa foi submetido à Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, atendendo ao Edital de Apoio a Projetos Integrados de Pesquisa em Áreas Estratégicas (PIPAE), e foi aprovado tendo como coordenadora a professora Cibele Rizek, e como vice-coordenador o professor César Simoni Santos. O objeto do projeto são condições de trabalho, vida, moradia e inserção urbana dos trabalhadores de plataformas digitais, bem como as mudanças no mundo do trabalho e condições de vida decorrentes. Os 32 milhões de trabalhadores engajados pelas e nas plataformas digitais no Brasil tornam essa questão urgente. Por meio da noção de zonas cinzentas, a proposta é a de ir além dos enfoques voltados para as condições de trabalho, interrogando novas condições e práticas urbanas que a elas se conjugam.

³ Carta ao menino Miguel. Subcomandante Marcos, 1994.

É preciso buscar essa faísca e essa semente, até mesmo nos lugares de expressão maior da exploração capitalista. Não é uma tarefa fácil. Daí o porquê de tudo ser produto coletivo e esta pesquisa não ser diferente. Resíduos, faíscas, brechas e fissuras. Lembrar é preciso e não temer, nunca, senão a rendição, como nos ensina o Sub. As dúvidas a respeito de tudo isso não sanaram e talvez assim seja melhor; porque, como nos lembra o zapatismo, é preciso continuar a caminhar-perguntando. E, no decorrer da pesquisa, ressoa em mim o que perguntam os zapatistas: Y tú, ¿qué?

A pesquisa se propõe, enfim, a refletir acerca do abismo trágico da mais profunda desvalorização da vida em que nos situamos, mas em busca da luz que continua a nos guiar na escuridão: os afetos, os encontros, os sonhos, os desejos e as paixões. Em suma, tudo aquilo que nos permite continuar a ver um futuro possível. Nessa noite em que se busca o alvorecer, olhamos para a ponta de um processo profundamente complexo, com especial atenção às microfissuras de um muro cujo fim parece impossível, mas que, partindo de algum lugar possível, nos permite caminhar em direção à construção de uma compreensão cada vez mais profunda do mundo e seus rumos e, mais importante, dos nossos sonhos e horizontes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - Tempestades pincelam os horizontes	1
Perspectiva teórico-metodológica e procedimentos metodológicos	5
Parte I. Transformações finiseculares: a virada para o século XXI	9
Capítulo 1 - Neoliberalismo, Globalização e Revolução Microeletrônica	9
Capítulo 2 - O mundo do trabalho	13
Capítulo 3 - Novas formas de organização, gestão e controle do trabalho	17
Capítulo 4. Reflexões sobre as consequências no âmbito do coletivo	23
Parte II. Nas brechas e nos contratempos	26
Capítulo 5. Do espaço, as contradições	27
5.1. A produção do espaço como acumulação urbana	27
5.2. As relações centro-periferia no cerne das transformações do capital	33
Capítulo 6. Das contradições, as brechas	37
6.1. A centralidade, a vida urbana e o encontro em Henri Lefebvre	37
6.2. O forjar das <i>microcentralidades</i> provisórias	39
Capítulo 7. Das brechas, os possíveis	44
7.1. A vida cotidiana entre produtos e resíduos	44
7.2. O que resta, então, de possível? Por uma defesa do encontro	46
7.3. O Breque dos Apps e um balanço geral	54
Capítulo 8 – Dos possíveis, novas e velhas contradições	60
8.1. Entre o encontro e o confronto: tensões nos distintos usos e sentidos do espaço	60
8.2. Entre o encontro e o confronto: o capital arreganha os dentes e mostra suas garras	63
8.3. Entre o encontro e o confronto: destruir a dignidade	67
Considerações finais: limitações e novas questões	70
Referências bibliográficas	74
ANEXO A - Mapa dos deslocamentos de 210 entregadores por bicicleta do local de moradia	78
ANEXO B - Mapa de melhores regiões para entregas por bicicleta na cidade de São Paulo segundo o iFood e localização das bases do iFood Pedal.	79
ANEXO C - Mapa da capacidade e localização das estações Bike Itaú na cidade de São Paulo.	80

INTRODUÇÃO - Tempestades pincelam os horizontes

Compreender as transformações ocorridas nas últimas décadas é uma tarefa árdua e que exige um movimento reflexivo constante de sucessivas aproximações e distanciamentos do tempo presente, para buscar em todas as dimensões da vida as múltiplas causalidades que tecem o seu movimento. É preciso, acima de tudo, ter em mente o caráter dialético dos processos que se desenrolam e se produzem com e no mundo; que se expressam naquilo que é, simultaneamente, global e local, subjetivo e objetivo, coletivo e individual, de forma a enxergar as brechas e rachaduras que emergem à superfície das aparências.

Com o advento das transformações globais e, em especial, do mundo do trabalho, na virada do século XX observamos emergir, com força e relevância cada vez maiores, os trabalhos de aplicativo, em um contexto de mudanças significativas no papel do Estado, de enraizamento do neoliberalismo e dos exponenciais avanços tecnológicos. Nessa nova modalidade de trabalho, a experiência e a relação com o espaço-tempo dos entregadores de aplicativo passam a ser definidas pela constante e alta exigência de produtividade, resultando na crescente indistinção entre o que é e não é espaço-tempo de trabalho. Em condições cada vez mais precárias, os entregadores parecem canalizar a ponta destas transformações, na medida em que novas formas de controle e gerenciamento do trabalho passam a ser utilizadas em função das tecnologias e das mudanças paradigmáticas do capital. A própria cidade se torna o local de trabalho, sendo produzidas e reiteradas novas e velhas dinâmicas espaço-temporais que, em constante transformação, interferem diretamente na vida de trabalhadores e trabalhadoras com rotinas cada vez mais dispersas e expandidas no espaço-tempo. Dessa forma, intensifica-se o processo no qual as múltiplas dimensões da vida humana se submetem ao constante espaço-tempo de trabalho e da reprodução do capital, sendo progressivamente reduzidas e negligenciadas ao limite de sua existência.

Mas, frente ao aprofundamento do domínio do espaço-tempo do capital, apresentam-se brechas e rachaduras inerentes às contradições que se produzem inevitavelmente no modo de produção capitalista. Segundo a compreensão de Henri Lefebvre (1991), enquanto produto histórico e resíduo das relações sociais e do modo de produção, da vida cotidiana emerge aquilo que é irredutível; aquilo que, feitas todas as equações da forma pela qual opera o mundo, é o que resta: as dimensões do corpo e do sensível. E estas dimensões resistem. Desta forma, a paisagem da cidade passa a ser marcada pela formação das *zonas de pouso* (Rizek et al, 2024),

espaços que proporcionam a reunião dos entregadores de aplicativo, bem como a criação de vínculos e a construção de um cotidiano mais coletivo.

Buscamos identificar a criação de brechas e rachaduras no dia-a-dia produtivo e maçante que permitam perceber a emergência dos encontros, tão fundamentais na realização da vida urbana. A partir desse processo, pretendeu-se identificar e compreender a possibilidade da formação de vínculos informais que não estavam programados, previstos ou planejados; vínculos estes que permitem, assim, a potencialização da palavra, das trocas e dos afetos. Na música, o contratempo diz respeito a um deslocamento rítmico, em que ocorre um acento em trechos de tempo fraco ou não acentuados. Da mesma forma, nas rugosidades do dia-a-dia, no tempo que não é o tempo produtivo (os contratempos), o encontro e a socialização tornam-se possíveis. Nessas brechas, em que não há controle direto da vida, parecem abrir-se singelas margens em que o uso predomina à troca. As *zonas de pouso* dos entregadores, neste sentido, conformam-se como espaço-tempo de encontro, na medida em que trabalhadores e trabalhadoras tão dispersos passam a se concentrar em determinadas regiões das cidades, em função de dinâmicas e formações sócio-espaciais e temporais que serão aprofundadas no decorrer da pesquisa.

Estes espaços, nunca ausentes de conflitos e contradições, também se produzem como espaços de confronto. Tendo em vista a tendência do capital de destruir e absorver tudo aquilo que se impõe como resistência à acumulação, a própria forma da centralidade enquanto espaço fundamentalmente do encontro se constitui como um alvo decisivo de um processo de destruição completa da sociabilidade. Assim, na efemeridade dos pontos comuns fornecidos pelas próprias *empresas-aplicativo*, bem como as dificuldades impostas na vivência dos entregadores nos espaços que encontram para si, podemos perceber a contínua tentativa de dissolução do que resta de comum. Em conjunto com a repressão policial, estes elementos mostram-se determinantes na vida dos entregadores, afetando diretamente o processo de trabalho e, ao mesmo tempo, os momentos entendidos como improdutivos pelo capital - aqueles que parecem possuir alguma possibilidade de escape ao seu domínio.

Neste sentido, o aporte teórico do projeto se sedimentou em três frentes bibliográficas: (i) as transformações gerais no mundo e no trabalho, abordando os debates relacionados aos processos de globalização, neoliberalismo e aos avanços tecnológicos nas últimas décadas, considerando as implicações na subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras; (ii) os processos de *uberização*, compreendendo a intensificação da informalização, da terceirização e da flexibilização do trabalho de milhares de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, marcados, especialmente, pela Reforma Trabalhista e pela pandemia; e, por fim, (iii) o

pensamento lefebvriano, que orienta a perspectiva metodológica do projeto, aprofundando a compreensão dos conceitos de produção do espaço, cotidiano, centralidade e apropriação. Partimos, assim, de uma compreensão crítica da produção do espaço urbano.

Para além do embasamento teórico, ressalta-se a importância e magnitude dos trabalhos de campo na pesquisa, sem os quais ela não poderia ter sido realizada e muito menos digna daquilo que se propõe. A compreensão da indissociabilidade do espaço e das relações sociais e das suas condições impõe a necessidade de conhecer e vivenciar, nem que por breves períodos, aquilo que se constrói e se realiza em um determinado espaço-tempo. Por isso, o contato direto que o campo proporciona com a vivência e perspectiva dos entregadores é o que, de fato, se fez como a espinha dorsal desta pesquisa, na medida em que, “o que nós acadêmicos esquecemos tantas vezes é o papel desempenhado pela sensibilidade que surge das ruas que nos cercam” (HARVEY, 2014, p. 12). Na parte dois, será abordado as vivências de campo a partir de relatos pessoais em conjunto com informações e dados obtidos dos entregadores por meio de conversas e entrevistas.

A pesquisa se estruturou a partir de dois objetivos principais: (1) Compreender as regiões centrais da cidade como espaços-tempo dialéticos do capital-trabalho e encontro-socialização, analisando a produção do espaço como processo fundamental das dinâmicas sócio-espaciais estabelecidas nas zonas de pouso; e (2) investigar o potencial de socialização e restituição das relações interpessoais contidas nas *zonas de pouso* que se formam nas regiões centrais do eixo centro-oeste do município de São Paulo.

Dividida em dois momentos, propomos, na primeira parte da pesquisa (capítulos 1, 2 e 3), um aprofundamento das discussões contextuais a respeito das transformações gerais no mundo, partindo das noções de neoliberalismo, globalização e Revolução Microeletrônica como movimentos que transformam profundamente a sociedade em todas as suas dimensões. Ainda neste momento, afunilamos o debate para nos aprofundar nas especificidades da *uberização*, tendo como norte as transformações relacionadas ao mundo do trabalho, que passam a assumir características da flexibilização e de uma marcante precarização associada à terceirização e à informalização das atividades. Ao fim deste primeiro momento contextual, nos propusemos, no capítulo 4, a refletir acerca das implicações dessas transformações no âmbito do coletivo, pensando as condições que estruturam as bases da formação da classe trabalhadora e do seu entendimento enquanto classe, tratando de maneira mais aprofundada a relação deste movimento com a flexibilização dos trabalhos de entregas por aplicativo.

A segunda parte da pesquisa se encarrega de, a partir da análise de processos mais amplos iniciados no último quarto do século XX, aprofundar os debates referentes a discussões

propriamente da Geografia, especialmente no que diz respeito aos trabalhos de entrega por aplicativo. O capítulo 5 aborda análises relativas à produção do espaço enquanto processo central para a compreensão das dinâmicas e fluxos dos entregadores produzidos nas cidades, partindo de conceitos elaborados por Henri Lefebvre sob uma perspectiva crítica da urbanização. A partir de Simoni-Santos (2013), Carlos (2019) e Sposito (2022), nos propomos a analisar a produção do espaço e o processo de urbanização como catalisadores dos processos de concentração e centralização geográfica, responsáveis pela contínua produção e reprodução de centralidades que, no limite, são condição e produto de uma cidade profundamente desigual e fragmentada. Desenvolve-se, então, o debate a respeito da relação entre centro e periferia, como relação dialética que, no capitalismo, continuamente se repõe. Assim, com base nas pesquisas de Fioravanti (2023) e Rizek et al (2024), buscamos analisar como os fluxos e deslocamento dos entregadores pela cidade são expressão da condição desigual e fragmentada da cidade, condição esta reiterada pelas novas formas de exploração e controle algorítmico das *empresas-aplicativo* (ABÍLIO, 2019).

Neste sentido, o capítulo 6 propõe um debate acerca da noção de centralidade a partir de Henri Lefebvre, pensando o urbano em sua condição de convergência de todas as coisas e, dentro do contexto de um espaço produzido de maneira desigual e fragmentada, como produtor de concentração de trabalhadores e trabalhadoras em determinadas regiões que, consequentemente, são também expressão da concentração do capital. A partir da ideia das centralidades também como espaço de reunião e de encontro, buscamos desenvolver a noção de *zonas de pouso* enquanto *microcentralidades* que se forjam em tensão nas áreas centrais, possibilitando a socialização dos entregadores. Discutidas as características e a condição de centralidade, abordamos, no capítulo 7, o conceito de cotidiano como dimensão concreta da vida e elemento central de análise. A partir de Lefebvre (1991), nos propusemos a pensar na emergência da dimensão sensível da vida nos encontros, nas brechas e nas situações cotidianas vividas pelos entregadores nas *zonas de pouso*. Por fim, propusemos, no capítulo 8, uma reflexão acerca das novas contradições que emergiram a partir do processo da pesquisa.

Na medida em que a Geografia declara a necessidade da análise do espaço e de sua produção enquanto elementos centrais ao entendimento dos processos e fenômenos que constituem o mundo e, em especial, o capitalismo, entendemos que o aprofundamento da compreensão do objeto de pesquisa é de interesse tanto para uma formulação crítica a respeito das condições de trabalho e da sua relação intrínseca com os usos do espaço, como também para pensar as potencialidades emancipatórias e de transformação da vida guardadas nas brechas do cotidiano. Neste sentido, a compreensão e análise do objeto de estudo, por um lado,

coloca em evidência a necessidade da construção de propostas concretas e ampliadas de garantias e direitos trabalhistas (cada vez mais desmontados e precarizados) e, por outro, coloca em questão a necessidade da transformação geral da vida por meio da apropriação de um espaço e um tempo que, enfim, não seja o espaço-tempo desumano do capital.

Perspectiva teórico-metodológica e procedimentos metodológicos

No que diz respeito à construção analítica do processo de produção do espaço, do conceito de centralidade e do cotidiano, a pesquisa se orientou pelo pensamento de Henri Lefebvre (1991; 2006; 2008; 2016; 2019). Segundo Lefebvre (2006), o espaço social se constitui dialeticamente com o modo de produção; ou seja, é simultaneamente efeito, causa e razão dele, muda e é mudado por esse modo de produção. Dessa forma, o espaço urbano, ao reunir as múltiplas esferas da vida e os seus processos, reconstitui-se enquanto um processo extremamente complexo. Neste sentido, sendo o espaço social um produto social, ele é meio de produção, de controle, de dominação e de poder, mas, dialeticamente, escapa, em alguma dimensão, aos que dele se servem (LEFEBVRE, 1991). Sob esta perspectiva, partiremos da ideia de que “todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação” (LEFEBVRE, 2019, p. 55) - isto é, que a realidade não é estritamente homogênea e contém a sua própria negação (CARLOS, 2019).

A partir disso, a pesquisa se propõe a reunir discussões de professoras/es da Geografia Urbana e suas produções a respeito de conceitos fundamentais ao campo, como os conceitos de centralidade, centro, periferia e produção do espaço. O processo de produção social do espaço ocorre concomitantemente com a sua apropriação privada, compreendendo este processo como um campo privilegiado para os processos da acumulação. Cabe, portanto, pontuar os avanços do neoliberalismo e o papel do Estado na produção do espaço, na medida em que há, na modernidade, a instrumentalização da produção de uma “reserva territorial” para uma acumulação primitiva do espaço (SIMONI-SANTOS, 2022).

Ainda sobre o pensamento lefebvriano, além das contribuições em relação à produção do espaço, Lefebvre (1991) teve profunda importância em trazer à luz em suas análises dimensões historicamente negligenciadas e colocadas à parte pelo pensamento filosófico: o cotidiano, o corpo e tudo aquilo que se refere à dimensão sensível da vida. Tomaremos esta perspectiva como pilar da análise, na medida em que são elementos estruturantes e constitutivos da vida humana, que emergem e ganham expressão a partir do olhar cuidadoso à vida cotidiana. É por isso que, além de uma análise global acerca das transformações no mundo e no trabalho das últimas décadas, utilizamos da dimensão da vida cotidiana como perspectiva central para a

compreensão dos problemas concretos do objeto de pesquisa, bem como as potencialidades que dela surgem.

A pesquisa também se sedimenta em bibliografias já consolidadas no campo de estudos das transformações no mundo do trabalho, utilizando os conceitos de *empresa-aplicativo* e *uberização*, cunhados por Ludmila Abílio, enquanto ideias centrais à compreensão das novas morfologias e organização que o trabalho assume. Partiremos da compreensão do processo de *uberização* enquanto tendência de reorganização do trabalho que traz consigo novas formas de controle, gerenciamento e subordinação, se expressando como resultado de processos globais já em curso há décadas (ABÍLIO, 2019). Ainda em relação aos debates ligados à sociologia do trabalho, abordaremos as noções referentes ao novo paradigma do capitalismo e ao trabalho digital, cunhados na produção de Ricardo Antunes (2020).

Por fim, para sedimentar a construção argumentativa, propomos um debate a respeito da consolidação da classe trabalhadora, considerando um espaço comum aos trabalhadores e trabalhadoras como elemento central para o processo de socialização e organização de classe. Com isso, analisamos a desagregação das relações interpessoais em função das novas formas de subjetivação dos trabalhadores e trabalhadoras no contexto dos trabalhos de aplicativo, fundamentados na competitividade, na flexibilização, na dispersão espaço-temporal dos trabalhadores e trabalhadoras e no sentimento de deriva emocional que surge da instabilidade. Estes aspectos se aprofundam a partir das reflexões produzidas por Richard Sennett (1999) ao discutir a transição do paradigma fordista ao paradigma flexível do capitalismo, entendendo os efeitos destas transformações no âmbito do sujeito. Assim, pretendemos ampliar esse debate relacionando-o com os efeitos e as implicações das transformações no âmbito do coletivo, especialmente no que diz respeito à ampliação do espaço de trabalho dos entregadores e as dificuldades de se construírem espaços comuns.

Neste sentido, tendo em vista o aporte teórico trabalhado antes, durante e depois dos campos, ressalta-se a importância e riqueza que o trabalho de campo teve na pesquisa. Entendemos que é na vida cotidiana que emergem com toda a sua potência os problemas concretos e as múltiplas dimensões da vida e, por isso, se deu tanta importância à observação e trocas produzidas em campo. Foram fundamentais para a constatação das múltiplas contradições que se dão no dia-a-dia dos entregadores de aplicativo. Se a instância teórica da pesquisa parecia apontar para a conformação de uma categoria extremamente dispersa em que se ausentava a mínima sociabilidade, em campo, pudemos observar que pulsavam situações distintas à mera frieza e dispersão. Surgiram, então, questões relativas aos movimentos que ficaram conhecidos como “Breque dos Apps” durante os anos de 2021 e 2022. Como era

possível uma organização tão significativa dos entregadores ? Quais eram as dimensões desta luta? Como se deu a comunicação, a socialização, o encontro desses entregadores ? A partir disso, deu-se início aos trabalhos de campo com o intuito de entender a semente e investigar o que parece fundamentar a organização. Ainda que a pesquisa não se proponha a tratar de maneira aprofundada o movimento dos entregadores , pretendemos, com as descobertas de campo, compreender o cotidiano como espaço-tempo de onde emergem as contradições que funcionam como brechas; como faíscas que movimentam os ânimos.

Assim, os trabalhos de campo foram realizados em diversas localidades, mas, em especial, nas regiões de Pinheiros e Itaim Bibi. A escolha desses locais não foi aleatória; na medida em que estas regiões concentram promoções (isto é, bonificações para algumas entregas), instrumentos de trabalho e oportunidades para os entregadores de aplicativo. São dois dos distritos mais enriquecidos de São Paulo, tendo o polo “Faria Lima-Berrini” se tornado uma das principais centralidades da metrópole nos últimos anos. Como também será visto, não à toa, portanto, estas localidades concentram os entregadores de aplicativo.

A realização dos campos se deu entre 2023 e 2024. Buscamos visitar mais de uma vez as localidades, na medida em que nos propusemos a compreender as formas de socialização a partir da dimensão do longo prazo enquanto aspecto central à formação de vínculos. Para sustentar a discussão a respeito do cotidiano observado em campo e dos encontros nos espaços de espera dos entregadores , utilizamos do pensamento lefebvriano acerca, justamente, da vida cotidiana. Com ele e por meio dele, pudemos passar a tratar esta dimensão da vida como central em nossas formulações e compreensões, as quais discorreremos mais profundamente.

Múltiplas contradições emergiram durante os campos, que guiaram a ressignificação de ideias pré-concebidas e a reelaboração da construção argumentativa da pesquisa. Neste sentido, entendemos que o sujeito que vai a campo não pode dissociar de si a dimensão de seu corpo e as suas percepções; sempre o ponto de vista parte de alguém, de carne e osso, constituído de múltiplas dimensões. O corpo no espaço é atravessado pelas dimensões de classe, raça e gênero, entre muitas outras, que, a todo momento, devem ser levadas em conta quando se está em trabalho de campo.

Buscamos, durante os campos, realizar diferentes atividades a fim de enriquecer as análises da pesquisa. Em alguns momentos, optou-se pela observação, dedicando-se por pelo menos duas horas aos sentidos e percepções que surgiam frente às dinâmicas sócio-espaciais. Os momentos de observação permitiram produções descritivas a respeito dos espaços, bem como uma familiarização com o movimento da cidade. Em outras situações, tão ricas quanto, conversamos com os entregadores que participavam das dinâmicas nas *zonas de pouso*,

momento no qual pudemos ouvir dos próprios trabalhadores e trabalhadoras a respeito de suas vidas. As conversas foram estabelecidas a partir da apresentação transparente de que se tratava de uma pesquisa acadêmica, esclarecendo a temática e intenções, e explicitando que, a qualquer momento, os entregadores com quem conversávamos poderiam desistir de participar.

Após uma breve apresentação da pesquisa, partimos de algumas perguntas básicas a respeito de informações gerais dos entregadores, como nome, onde mora, onde costuma trabalhar, quanto tempo trabalhava como entregador de aplicativo e se era Nuvem ou Operador Logístico (OL)⁴. A partir disso, pedimos um breve relato da experiência de cada um como entregador, discorrendo sobre os pontos positivos e negativos do trabalho. Cada conversa seguiu um caminho, mas, em todas, perguntamos a respeito da experiência nas *zonas de pouso*, os vínculos formados e sobre a necessidade de bases de apoio.

O trabalho de campo é um processo estruturante da Geografia, sendo a face empírica da pesquisa. Como maneira de buscar uma compreensão da experiência vivida, o trabalho de campo priorizou uma forma qualitativa de pesquisa, recorrendo à experiência de cada entregador com o qual conversamos como importantes pedaços para a composição do tecido do objeto. Dessa forma, buscou-se analisar as ações, atividades e interações dos entregadores como uma forma de produção de sentidos compartilhados, apreendendo narrativas, interpretações, representações e experiências a respeito das vivências no trabalho de entrega por aplicativos.

⁴ Existem distintas modalidades que caracterizam os trabalhos de entrega por aplicativo, especialmente na atividade de entrega da *empresa-aplicativo* do iFood. Segundo Rizek et al (2024), no que se refere à modalidade *Nuvem*, os entregadores podem entregar onde preferirem e ficam disponíveis para a entrega logo após a aprovação do cadastro. Para esta modalidade, o recebimento de entregas e do pagamento é feito semanalmente diretamente com a plataforma. Quanto à modalidade de *Operador Logístico* (OL), como explicado anteriormente, há uma empresa intermediária entre a empresa da plataforma e os entregadores. Nesta modalidade, os entregadores se inscrevem em turnos de trabalhos na “subpraça” de escolha (subregiões específicas da cidade delimitadas pela *empresa-aplicativo*). Os entregadores só podem retirar pedidos nas áreas delimitadas e seus turnos são determinados pelos líderes de praça. Para o caso de entregadores OL, o pagamento pode ser recebido diariamente, semanalmente ou quinzenalmente. Ainda segundo Rizek et al (2024), muitos entregadores destacam que os trabalhadores e trabalhadoras da modalidade OL têm prioridade na distribuição dos pedidos, aumentando, assim, o número de entregadores engajados por OLs.

Parte I. Transformações finiseculares: a virada para o século XXI

Capítulo 1 - Neoliberalismo, Globalização e Revolução Microeletrônica

O filho (o neoliberalismo) devora o pai (o capitalismo nacional) e, no processo, destrói todas as falácias discursivas da ideologia capitalista: na nova ordem mundial não há democracia, nem liberdade, nem igualdade, nem fraternidade.

Subcomandante Marcos, 2020.

Com a decadência do keynesianismo a partir dos anos 70, o neoliberalismo dá início à sua jornada de triunfo. Apresentadas como parte do único modelo viável para a superação das crises que assolaram os países capitalistas, a implantação de medidas neoliberais permitiu que o capital improdutivo passasse a predominar nos processos econômicos, dando largada a um longo processo de financeirização. A partir de uma série de medidas de desregulamentação da economia, o papel do Estado, paulatinamente, passa a ser profundamente modificado, pavimentando, assim, caminhos cada vez mais fluidos para que as grandes empresas assumissem a dianteira do controle das relações produtivas, das relações sociais e da vida de maneira geral.

Segundo Nicolau Sevcenko (2001), com o desmonte do Estado de bem-estar social, o período que dá início ao neoliberalismo é marcado pela disseminação de um espírito feroz de competitividade e concorrência agressiva, prevalecendo a ideia de que o Estado, que até então atuava como importante instituição reguladora central do mercado, deveria sair de cena. Consolida-se, nos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, a forte concepção de que não haveria outra alternativa senão a hegemonização do poder neoliberal. A partir da instauração das políticas neoliberais ao redor do mundo, o capital improdutivo rentista passa a preponderar sobre o capital produtivo, gerando um processo de mundialização do capital e a desregulamentação das finanças (Fiori, 2007).

Em “A Era do Capital Improdutivo”, Dowbor (2017) discute uma nova arquitetura do poder que se consolida no seio desse movimento, tendo como motor o processo de concentração e centralização de capital na mão de poucas empresas. Este processo resulta na formação de grandes oligopólios, alimentados por meio de fusões e aquisições de empresas menores incapazes de competir e equiparar-se no mercado. Por meio do acúmulo de um poder

incalculável, as empresas entraram-se nas múltiplas esferas da vida social, em busca de que seus interesses prevalecessem por meio da apropriação das instituições públicas; isto é, dotando-se de instrumentos de controle político. Os projetos político-econômicos se realizam, desta forma, como uma coalizão mercantilizadora entre o poder público e o capital, de forma a garantir que os agentes capitalistas passassem a ter liberdade para tratar e negociar a cidade como mercadoria e da forma como bem entendem (RIBEIRO, SANTOS JÚNIOR; 2011). Isso, pois, conforme Dowbor (2017), as grandes corporações não encontram contrapeso significativo ao seu poder. Esta dimensão, em especial no que diz respeito à produção do espaço, será aprofundada no capítulo 5 da parte 2.

A oligopolização das empresas produz uma complexificação das relações políticas e econômicas, consolidando redes cada vez mais extensas e de incontáveis ramificações. Apesar do evidente e gritante processo de concentração e centralização do capital nas mãos de poucas empresas, as responsabilidades para com os trabalhadores e trabalhadoras e para com a sociedade se tornam cada vez mais diluídas e, assim, a possibilidade de manter alguma forma de regulamentação sobre este jogo obscuro, cada vez mais distante. Como veremos adiante, além da ausência de garantias contratuais e de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, vão se produzindo extensas redes de terceirizações que distanciam ainda mais o trabalhador de uma compreensão a respeito da verticalidade do poder e controle sobre o seu trabalho - o que, no limite, parece contribuir para a falsa sensação de controle do próprio trabalho. Consolida-se, dessa forma, uma espécie de “vale-tudo” global em que não há a quem responsabilizar pelos problemas produzidos na sociedade. Não há transparência alguma no que tange o regimento da vida, dado o arraigamento profundo das corporações na própria vida cotidiana. Concomitantemente, os esforços estatais passam a ser mobilizados enquanto uma espécie de lubrificante ao funcionamento das empresas, de forma a ter um papel ativo na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos (ABÍLIO, 2020).

Ainda que distante do escopo da pesquisa, pensamos caber uma ressalva a uma interessante proposta de análise do movimento zapatista no México a respeito do neoliberalismo. Os zapatistas concebem o neoliberalismo como uma guerra mundial contra a humanidade⁵. Apesar das minúcias e peculiaridades de tal perspectiva - definida por Baschet

⁵ O pensamento zapatista, expresso por Marcos (2021), aponta a globalização do neoliberalismo como uma IV Guerra Mundial, caracterizada por ser uma “guerra total”. Identificam a conquista dos territórios e sua reorganização e a destruição do inimigo e a administração da conquista como constantes históricas de guerra. A peculiaridade desta nova expressão da guerra se dá na medida em que não há mais um inimigo facilmente identificável (como nas primeiras guerras, em que haviam nações identificadas pelas potências dominantes como o inimigo) e, portanto, para os zapatistas esta é, afinal, uma guerra contra toda a humanidade. Assim que, para eles, “A Quarta Guerra Mundial está destruindo a humanidade na medida em que a globalização é uma

(2021) como uma metáfora e um “exagero útil” e que, diga-se de passagem, mereceria uma análise mais aprofundada - nos parece interessante pensar dessa forma na medida em que percebemos a intensificação de ataques a culturas e modos de vida e, como veremos adiante, àquilo que resta de comum aos povos e à classe de oprimidos e explorados. Segundo os zapatistas, o neoliberalismo entranha-se nos territórios sob a traiçoeira tentativa de homogeneização de povos e culturas, destruindo tudo aquilo entendido como empecilho ao seu avanço; isto é, tudo aquilo que resiste. Além disso, como apontam os zapatistas, entendemos como uma constante nos processos de acumulação capitalista e, sem sombras de dúvida, na expansão do modelo neoliberal ao redor do globo, a destruição e a contínua reordenação de geografias e calendários, como forma de reorganizar povos, culturas e territórios segundo os interesses do capital e do mercado globalizado. Para eles, o neoliberalismo “reorganiza e reordena o que o ataca e refaz como uma peça dentro do quebra-cabeça da globalização econômica” (MARCOS, 2020, p. 8). O capítulo que trata da produção do espaço desenvolverá um debate mais aprofundado a respeito disso. Assim, para os zapatistas,

O rei supremo do capital, o financeiro, começou então a desenvolver sua estratégia de guerra sobre o novo mundo e sobre o que restava do antigo. De mãos dadas com a revolução tecnológica que colocou o mundo inteiro, por meio de um computador, em suas mesas e a seu critério, os mercados financeiros impuseram suas leis e preceitos a todo o planeta. A “globalização” da nova guerra nada mais é do que a globalização da lógica dos mercados financeiros (MARCOS, 2020, p. 7).

Neste sentido, simultaneamente ao processo de entranhamento e da (re)produção do neoliberalismo nas relações sociais e de produção, o século XXI se inaugura sob a luz das transformações e avanços tecnológicos em velocidade exponencial que, segundo Nicolau Sevcenko (2001), ocorrem em decorrência da ampliação dos potenciais produtivos. Isto é, da ampliação da capacidade de produção e de consumo, devido ao aumento dos fluxos de capitais, pessoas, equipamentos e mercadorias no contexto da globalização.

Com a crise do paradigma fordista-taylorista, marcado pela rigidez produtiva e pelo tempo da esteira, se inicia um novo período técnico conhecido como o *toyotismo*, cujo principal ramo a se desenvolver está ligado à microeletrônica. Segundo Sevcenko (2001), na década de

universalização do mercado, e qualquer ser humano que se oponha à lógica do mercado é um inimigo e deve ser destruído” (MARCOS, 2021, p. 7). Esta destruição, contudo, não produz o mero abandono dos territórios e povos devastados; ela implica em uma nova forma de ocupação, de meios de vida, isto é, mais adequados e inseridos na lógica capitalista e do mercado. O conceito de guerra total, neste sentido, se estabelece também ao entender que “há elementos da doutrina militar que já não são mais militares” (MARCOS, 2021, p. 15), porque o poder militar já não é mais suficiente; é preciso incorporar outros elementos. Neste sentido, o inimigo também pode ser atacado com medidas econômicas, políticas e diplomáticas, estendendo para outros campos as premissas da guerra.

70, se dá início ao processo da Revolução Microeletrônica, momento a partir do qual a técnica passa a se aprimorar em velocidade exponencial, produzindo um salto qualitativo no que diz respeito à aceleração das inovações tecnológicas e que, a bem da verdade, se segue de maneira contínua nos anos que se seguiram.

Em oposição às características do paradigma de produção que predominou ao longo do século XX, a flexibilização torna-se elemento fundante desse novo período que emerge, colocando ao centro da técnica a cibernética, a eletrônica e, em especial, a informática. Isso permitiu uma profunda integração dos mercados financeiros, ligados pela facilidade de circulação de capitais e informações pelo globo, gerando um grande aumento da produtividade e lucratividade às custas de muito desemprego (FIORI, 2007). Em um movimento que se apresenta como invisível, inexorável e imprescindível, a tecnologia invade a vida de maneira avassaladora, produzindo instabilidade e imprevisibilidade no campo do potencial tecnológico (SEVCENKO, 2001) e, em especial, do mundo do trabalho.

Capítulo 2 - O mundo do trabalho

Com os efeitos da Revolução Microeletrônica, da Globalização e do avanço de medidas neoliberais na política e na economia, o novo século nasce à luz da ascensão de um proletariado que, para Antunes e Alves (2004), se caracteriza pelo trabalho terceirizado, subcontratado e part-time. Esse grupo de trabalhadores e trabalhadoras é fruto dos processos de informalidade, desregulamentação e precarização. Segundo Antunes (2020),

Esse conjunto de mudanças vem ocorrendo desde os anos 1970, quando os serviços passaram a ser crescentemente invadidos pela lógica do capital imbricado com o mundo informacional e comando financeiro, que se intensificou enormemente neste início de século com a explosão das tecnologias informais e digitais (ANTUNES, 2020, p. 16).

A partir do crescimento do setor de serviços, ligado essencialmente aos processos de terceirização, Antunes e Alves (2004) apontam que as transformações no mundo do trabalho são consequência do novo *modus operandi* das empresas que, dotadas de um poder cada vez mais global, agem em prol de seus interesses buscando a criação de frestas jurídicas para burlar direitos e garantias, eximindo-se das responsabilidades com a sociedade e, em especial, com o trabalhador. Segundo Antunes (2020), três aspectos centrais tornam-se partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global nos novos rumos do mundo contemporâneo: (i) a flexibilização do tempo, (ii) a informalização do trabalho; e (iii) a precarização das condições de trabalho.

A flexibilização do tempo de trabalho se caracteriza pela fragmentação do tempo e do espaço de produção. Richard Sennett (1999) aponta que as formas de flexibilidade assumidas se constituem a partir de três elementos principais: (i) a reinvenção contínua de instituições; (ii) a especialização flexível de produção; e (iii) a concentração de poder sem a centralização. Em oposição à rotina e às burocracias produzidas no paradigma fordista-taylorista, surgem novos mecanismos que possibilitam a flexibilização do tempo e do espaço, de forma que, os trabalhadores e trabalhadoras, sem rotina fixa e com a aparência de controle sobre o próprio trabalho, se jogam à deriva e à mercê das exigências constantes e repentinas das empresas. Estas, por sua vez, ao se reinventarem continuamente, concentram o poder sem centralizá-lo, terceirizando partes do processo produtivo sem mais a necessidade de estar em um mesmo local - graças ao aumento da velocidade dos fluxos de comunicação, transportes e informação - e, dessa forma, sem a necessidade de assumir responsabilidades com os trabalhadores e trabalhadoras.

A informalização do trabalho apresenta-se enquanto uma tendência global, fortemente associada ao mundo do trabalho da periferia (ABÍLIO, 2020a). Tal característica está também diretamente relacionada à precarização das condições de trabalho, na medida em que a informalização do trabalho passa a significar, segundo Abílio (2020a), na perda de formas do trabalho. Dessa forma, tais atividades, podendo ou não ser remuneradas, podem ou não ser reconhecidas como trabalho. No cerne do processo, as regulações que asseguram uma série de garantias aos trabalhadores e trabalhadoras vão, paulatinamente, perdendo-se enquanto formas socialmente reguladas e estabelecidas, muito em função do papel ao qual se presta o Estado como agente mobilizador do processo de acumulação do capital.

Além disso, Antunes e Alves (2004) apontam a existência de uma tendência à progressiva exclusão dos jovens no mundo do trabalho, o que, especialmente no Brasil, incide ainda mais profundamente na juventude negra, pobre e periférica, além de outros setores mais marginalizados da sociedade. Dessa forma, observa-se, cada vez mais, o avanço de uma geração de jovens majoritariamente negros e periféricos sem perspectivas, ocupando, então, os trabalhos mais precarizados e informais.

Discorrendo a respeito das formas pelas quais o trabalhador é engajado no processo de trabalho, Marx (1985) desenvolve o conceito de subsunção do trabalho, elemento central para a compreensão de como se dá a subordinação do trabalho ao capital e as diferentes dimensões que assume no decorrer da história do capitalismo. A relação entre trabalho e capital nunca é e nunca pode ser unilateral; ela é, portanto, dialética. Ela é sempre um campo de disputa, sendo o trabalho um “elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro polo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista” (ANTUNES, ALVES; 2004; p. 344). A subsunção para Marx (1985), neste sentido, é o modo como o trabalho aparece sob o domínio do processo de produção do capital, permitindo compreender a forma pela qual o trabalho se relaciona com o capital - ligada à sua condição como parte constitutiva e indissociável do processo de valorização do capital e, portanto, parte constitutiva do próprio capital.

Ao discorrer a respeito do conceito de subsunção, Marx (1985) a diferencia em duas distintas expressões. A primeira delas diz respeito à subsunção formal do trabalho, a qual o autor define como uma forma de submissão do trabalho ao capital na qual “não se deu uma modificação essencial na forma e maneira real do processo de trabalho, do processo de produção” (MARX, 1985, p. 89). A subsunção formal do trabalho pode ser compreendida historicamente a partir do momento da produção manufatureira, quando o capital, segundo Marx (1985), subsume em si determinado processo de trabalho preexistente. A manufatura,

neste sentido, é a forma de trabalho que se desenvolveu antes do surgimento da relação capitalista de produção e que é absorvida quando ela se consolida. Essa expressão da subsunção do trabalho ao capital está diretamente relacionada à extração de mais-valia absoluta, que é resultado do aumento da jornada de trabalho.

A subsunção real do trabalho ao capital, por outro lado, refere-se, historicamente, ao momento do surgimento da grande indústria, na medida em que o aumento contínuo da produtividade do trabalho converte-se em lei do modo de produção capitalista, no qual a escala de produção que determina o nível da produção. Para Marx, a subsunção real se estabelece na medida em que “emerge um modo de produção específico (...) que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e as suas condições reais: o modo de produção capitalista” (MARX, 1985, p. 104). Neste sentido, Marx (1985) afirma que a subsunção real do trabalho surge conforme se desenvolve o modo de produção especificamente capitalista. A subordinação real do trabalho ao capital está relacionada à extração da mais-valia relativa, produzida pelo aumento da intensidade do trabalho e que pode se dar de duas maneiras. A primeira está ligada aos avanços tecnológicos, enquanto a segunda se refere à reorganização do trabalho. Vale ainda ressaltar que a subsunção real não exclui a subsunção formal, mas pode incorporar a mesma como forma de potencialização da extração de mais-valia.

Segundo Antunes e Alves (2004), com a emergência do toyotismo enquanto paradigma de produção, surge a tendência de exigir a captura da subjetividade do trabalhador de maneira integral. Por isso, apontam os autores que,

Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 347).

Neste sentido, o novo paradigma produtivo desenvolve a capacidade de capturar ainda mais intensamente a subjetividade do trabalhador, de forma que as suas variáveis psicológicas passam a ser incorporadas no processo de dominação e controle do trabalho. Parece nos mostrar que, na relação dialética entre trabalho e capital - que já exigia a inserção engajada do trabalhador na produção do capital - e nas novas modalidades de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras passam a ser, de maneira parcial, protagonistas da sua própria submissão. Este processo se dá, em especial, por meio de mecanismos de comprometimento, de engajamento e

competitividade, associados à pressão que a crise estrutural do desemprego exerce na vida desses trabalhadores e trabalhadoras..

Capítulo 3 - Novas formas de organização, gestão e controle do trabalho

Como fenômeno que surge no seio das transformações globais do trabalho discutidas anteriormente, a *uberização* assume especificidades profundas e complexas, em especial no Brasil, exigindo um olhar atento e cuidadoso para as características peculiares que se produzem. Segundo Rizek et al (2024), há três processos articulados entre si que permitem compreender a ascensão dos trabalhos mediados por plataformas digitais no Brasil nas últimas décadas. A primeira delas refere-se a uma significativa difusão do acesso à internet e às novas tecnologias da informação e da comunicação, ligado diretamente ao aumento do consumo de smartphones. Em segundo, as autoras destacam uma conjuntura de avanço de reformas neoliberais extremamente precarizantes do trabalho, que permitiram a perda e desmonte de uma série de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em um período extremamente curto. A Reforma Trabalhista do governo de Michel Temer em 2017 teve papel fundamental na retirada de múltiplos obstáculos aos processos de terceirização e de precarização do trabalho de maneira geral. Por fim, as autoras apontam um aprofundamento da crise social e econômica no país em função da pandemia da Covid-19, fazendo com que processos que já estavam em curso atrelados à precarização e à informalização do trabalho fossem catalisados e intensificados.

Conforme Abílio (2020), a *uberização* se caracteriza como um amplo processo de informalização do trabalho, que avança em direção a um mundo cada vez mais flexibilizado e sustentado pela terceirização (ABÍLIO, 2020). Em um contexto de crise econômica e de alta taxa de desemprego juvenil, os trabalhos de aplicativo ganharam cada vez mais importância na vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, sendo também uma nova forma que as empresas encontram de se apropriar “de forma produtiva e organizada de modos de vida e da vulnerabilidade social, ao mesmo tempo que monopolizam os setores econômicos onde atuam” (ABÍLIO, 2019, p. 2).

Assim, Abílio (2019) apresenta três elementos fundamentais para a compreensão da nova tendência de organização do trabalho: (i) as transformações no papel do Estado; (ii) as novas formas de gerenciamento propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico (gerenciamento algorítmico); e (iii) os modos de subjetivação associados ao empreendedorismo.

Com as novas formas de gerenciamento algorítmico do trabalho, iniciou-se um processo que trouxe uma mudança qualitativa à sua gestão. O desenvolvimento tecnológico tornou possível o mapeamento pleno do processo do trabalho, por meio do processamento de dados em enorme escala e do gerenciamento combinado e simultâneo de múltiplas informações (ABÍLIO, 2019). Neste sentido, por meio da constante captura de dados e informações, as

empresas-aplicativo têm acesso e controle contínuos ao processo de trabalho dos entregadores . Além disso, sendo elas que determinam o valor do trabalho e a distribuição de entregas, não há clareza quanto às regras que regem o cotidiano de trabalho destes trabalhadores e trabalhadoras. Conforme Rizek et al (2024), fica no poder das *empresas-aplicativo* o acesso a imensuráveis dados georreferenciados produzidos pelos deslocamentos diários dos entregadores , obtidos a partir de informações cedidas compulsoriamente durante a jornada de trabalho. Além disso, conforme Abílio e Santiago (2024),

O valor de cada tarefa é determinado exclusivamente pela empresa, de forma discricionária; a distribuição das tarefas é determinada exclusivamente pela empresa, de forma discricionária; resta ao trabalhador, portanto, adequar seu tempo de trabalho a essas determinações, assim como trabalhar para mais de uma empresa como modo de redução da instabilidade e insegurança a que está submetido nessa relação (ABÍLIO; SANTIAGO, 2024, p. 24).

Eximindo-se completamente da situação dos trabalhadores e trabalhadoras, as *empresas-aplicativo* atuam utilizando-se de uma multidão de consumidores como responsável por reger avaliações a respeito da produtividade dos entregadores , de forma a terceirizar de maneira direta e gratuita o controle do trabalho para o *consumidor-usuário* (ABÍLIO, 2019), além de não se responsabilizar pela segurança e saúde dos entregadores , que enfrentam a cidade por sua própria conta e risco. Por meio da abstenção por completo das responsabilidades para com os trabalhadores e trabalhadoras e da terceirização de uma série de atividades de regulação que garantem as mínimas condições de trabalho, as *empresas-aplicativo* propiciam a formação de dois sujeitos que participam, de forma subordinada, do controle e gerenciamento do trabalho. Além do *consumidor-usuário* enquanto vigilantes da qualidade do trabalho, o próprio entregador se torna um *trabalhador-perfil* (ABÍLIO, 2017), cuja meta é sempre estar bem avaliado e em constante disputa com os outros, como forma de sobrevivência e de garantia do necessário à sua subsistência. Por meio de critérios determinados pelas próprias *empresas-aplicativo*, os consumidores avaliam o trabalho de forma a permitir o ranqueamento dos entregadores , influenciando diretamente em quais trabalhadores e trabalhadoras terão acesso a mais entregas (ABÍLIO, 2017).

Neste mesmo sentido, Rizek et al (2024) apontam que, com esta nova modalidade de trabalho, as empresas passam a se eximir também dos múltiplos custos da produção, na medida em que, por um lado, os custos do espaço de trabalho - isto é, a cidade - é, no limite, arcado pelas arrecadações do Estado com a produção de infraestruturas necessárias (como as ruas,

calçadas e ciclovias) e, por outro, as bags, bicicletas, aparelhos celulares, internet e outros gastos são de responsabilidade do trabalhador.

A partir de Laval e Dardot (2016)⁶, Ludmila Abílio (2019) propõe a ideia de que se consolidam novos modos de subjetivação em conjunção com o controle e gerenciamento algorítmico do trabalho, produzindo um tipo trabalhador que a autora nomeia de *autogerente subordinado*. Abílio (2019) aponta que a formação dessa forma de subjetividade que se desenvolve profundamente na modalidade dos trabalhos de aplicativo é parte dos processos de terceirização de parcelas do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador, sem deixar, em momento algum, de ser um gerenciamento subordinado ao capital. Isto é, ainda que se tenha introduzido elementos que parecem apontar para um controle maior do próprio trabalho, apresentado na forma de flexibilização do espaço-tempo de trabalho, a formulação das regras que operacionalizam o sistema de trabalho e a determinação da distribuição e da valorização são determinadas pelas *empresas-aplicativos* que, ainda assim, apresentam-se como “parceiras” dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para Abílio (2021), a subsunção do trabalho na contemporaneidade assume e opera a partir de novos tipos de controle centralizado, que correm junto à dispersão e perda de formas estáveis do trabalho, desfazendo-se as mediações regulatórias e minimamente protetivas do trabalho. Para ela, “trata-se de escapar do par formal-informal para jogar luz nos modos de vida que tecem a periferia e sua estruturação do mercado de trabalho.” (ABÍLIO, 2021, p. 942).

Além disso, Ludmila Abílio (2019) aponta que, em relação aos trabalhadores e trabalhadoras, “suas estratégias de sobrevivência, sua administração do próprio tempo, seus conhecimentos são apropriados privadamente como fatores da execução de seu trabalho e de sua produtividade” (ABÍLIO, 2019, p. 5). Como discutido anteriormente, a subsunção do trabalhador torna-se completa e real, na medida em que, com o gerenciamento algorítmico do trabalho, capturam-se dados e informações constantes a respeito da produtividade dos entregadores ; criam-se mecanismos de comprometimento e engajamento que podem ter a forma de promoções para aqueles que se arriscam ou se dispõe mais ao trabalho; e, por fim, diminuem os horizontes de expectativa devido à crise do desemprego e do contexto de crise que pressionam e achatam os trabalhadores e trabalhadoras para se colocarem em função dessas empresas sob quaisquer condições, inclinando o trabalhador a uma “autointensificação” da sua produtividade.

⁶ Laval, C.; Dardot, P. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2016.

Produto da ausência de regras e regulamentações, das baixas remunerações e alta competitividade entre os entregadores, doze, treze, catorze horas de trabalho por dia se tornam uma característica recorrente na rotina desses trabalhadores e trabalhadoras. A lógica do *time is money* é elevada ao seu máximo, visto que, no trabalho em que o salário é por entrega, o ganho mínimo do trabalhador depende diretamente de estar sempre à frente dos milhares de entregadores nos aplicativos. Se expressando na constante aceitação e na maximização da quantidade de entregas que ele realiza, o trabalhador coloca seu tempo de trabalho (e de não trabalho) integralmente à disposição da *empresa-aplicativo*. Sob uma falsa aparência que se cria de parceria e de autodeterminação, torna-se de “igual” interesse que a rotina de trabalho se estenda, ocorrendo um “autoprolongamento” da jornada e uma autointensificação do trabalho, gerando ainda mais incerteza e instabilidade quanto aos ganhos dos trabalhadores e trabalhadoras ao final de cada dia. Os trabalhadores e trabalhadoras passam a assumir os riscos da sua jornada de trabalho, colocando recorrentemente a própria vida em perigo para garantir os ganhos suficientes para sobreviver.

A flexibilização da rotina, que antes se apresentou como a possibilidade de “autogerenciamento” e maior controle do próprio trabalho, apaga qualquer limite que existia entre o que é e não é espaço-tempo de trabalho do ponto de vista do trabalhador, ainda que não do capital, na medida em que se fraturam as formas de experiência do espaço-tempo. Os limites se borram, porque, do ponto de vista do capital, os momentos considerados “improdutivos” não são tempo de salário; mas, para o trabalhador, também não são tempo livre. Se perdem os limites do espaço-tempo que é e não é de trabalho. O espaço de trabalho, antes limitado a uma localidade (bem como a fábrica), agora se expande para outros espaços da cidade, de forma que eles são e não são, ao mesmo tempo, espaços de trabalho.

A exigência da disponibilidade constante do trabalhador faz com que ele se torne um trabalhador *just-in-time* (ABÍLIO, 2020a) sendo isso marco fundamental dos trabalhos de aplicativo. O trabalho opera sob demanda e estar constantemente à disposição das entregas é condição primordial para que ele possa se manter nas plataformas de aplicativo; ou seja, se manter no trabalho. O trabalhador fica constantemente disponível ao trabalho, mas só é utilizado quando necessário. Para Ludmila Abílio (2020b),

O que a *uberização* consolida é o sonho da redução do trabalhador a força de trabalho. Ser reduzido a força de trabalho é ser utilizado da forma mais eficiente possível, na maior intensidade possível, no tempo que for necessário, obtendo remuneração apenas pelo tempo em que efetivamente se produz. Todo o mais fica por conta do trabalhador, no autogerenciamento do que, distante da figura do empreendedorismo, são nada mais do que estratégias de sobrevivência (ABÍLIO, 2020b, n.p).

A remuneração das entregas funciona apenas pelo serviço efetivamente realizado; isto é, a renda dos entregadores vem diretamente das entregas que se efetivam. Vale retomar os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo que Marx (1985) discute no capítulo inédito do capital. Segundo o autor, “é produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital” (MARX, 1985, p. 109). O trabalho improdutivo, em oposição, é aquele que não é considerado como processo de produção de mais-valia e de valorização do capital. A jornada de trabalho sofre uma intensificação com este fator, na medida em que aqueles considerados “tempos mortos” deixam de ser parte do escopo financeiro das *empresas-aplicativo* e, assim, os entregadores só são remunerados naquele tempo considerado produtivo - o tempo da entrega. Não é de surpreender, portanto, que as jornadas de trabalho dos entregadores se estendam significativamente, como resultado da combinação da ausência de regulamentações e de uma remuneração que só pode se realizar a partir do tempo considerado produtivo. Para Rizek et al (2024), o aumento na extensão da jornada de trabalho é justamente fruto da implosão das balizas que definem tal jornada, passando a ter como limite a disposição e a capacidade física dos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, todo tempo despendido em deslocamento para os lugares de trabalho, de espera entre uma entrega e outra, os tempos de descanso e alimentação, não são considerados tempos produtivos - ainda que sejam partes centrais da jornada de trabalho - e, conseqüentemente, não são tempo de trabalho remunerado.

Ainda conforme Rizek et al (2024), é interessante ressaltar que, por mais que sob um formato flexibilizado e dissimulado, o controle rígido do tempo e do espaço do regime fordista parece ter sido atualizado, por meio de novas estratégias de administração destes elementos. Se o espaço de trabalho se torna a própria cidade, não são quaisquer regiões que concentram o trabalho. Como veremos no capítulo 5, há uma territorialização muito clara no que diz respeito aos espaços de trabalho destes entregadores, associada fortemente às morfologias de um espaço desigual, fragmentado e segregado. Como é o caso de trabalhadores e trabalhadoras da modalidade de Operador Logístico (OLs), há uma determinação prévia de quantos entregadores atuarão em cada uma das áreas delimitadas como “subpraças” ou “subregiões”. Quanto ao controle do tempo de trabalho, há uma imposição de limites relativos ao tempo de entrega, à reserva de horários logado no aplicativo e à retirada de bicicletas, demonstrando, assim, estratégias sofisticadas de controle territorial e temporal, ainda que sob o pano da flexibilização (RIZEK et al, 2024).

Portanto, ao mesmo tempo que a dispersão dos trabalhadores e trabalhadoras é um aspecto fundamental da condição desses trabalhos, ela parece ser, também, ponto central no que diz respeito ao controle das empresas sobre o trabalho. Isso porque a dispersão só pode ocorrer na medida em que o poder e o controle das empresas são profundamente concentrados e centralizados. O controle do espaço-tempo de trabalho, os avanços tecnológicos e o despotismo algorítmico permitem o acúmulo de dados e informações a respeito do processo de trabalho dos entregadores e, assim, o controle preciso do mesmo, em especial acerca das regras que regem o processo.

Cabe ressaltar que, ainda que não tenha se inserido no escopo da pesquisa uma diferenciação mais precisa das experiências e vivências dos trabalhadores e trabalhadoras, deve se considerar que existem distintos sujeitos quando tratando dos trabalhos de entrega por aplicativo. Isto é, as condições e experiências de trabalho de entregadores de *bike*, por exemplo, variam para aquelas vividas pelos entregadores de moto, da mesma forma que estes trabalhadores e trabalhadoras podem ser entregadores em diversas modalidades de trabalho - Nuvem, OLs, entregadores dos restaurantes, cujas diferenças podem ser compreendidas no texto de Rizek, Fioravanti e Martins (2024) -, podendo ainda estar vinculados a diferentes aplicativos (iFood, Uber, 99, Rappi). De fato, cada possibilidade de trabalho interfere diretamente na experiência dos trabalhadores e trabalhadoras, mas não coube à pesquisa enfatizar essas distinções e sim, no limite, buscar um chão comum para esses entregadores, aspecto que será discutido e aprofundado posteriormente. Vale também a nota de que o termo *uberização* vem sendo paulatinamente ampliado, na medida em que ganham relevância e importância cada vez maior outras *empresas-aplicativo* além da Uber, bem como o iFood, empresa diretamente relacionada ao objeto de estudo da pesquisa.

Capítulo 4. Reflexões sobre as consequências no âmbito do coletivo

Os processos de informalização, precarização e flexibilização do trabalho levaram, sucessivamente, a trabalhadores e trabalhadoras com rotinas cada vez mais individualizadas e solitárias. Quando analisando as transformações causadas pelo novo paradigma do sistema capitalista, Richard Sennett (1999) trouxe para o debate uma reflexão a respeito dos efeitos e consequências no âmbito do sujeito em função desses processos. Em sua tese, Sennett defende que o caráter é um “valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros” (SENNETT, 1999, p. 10). Para ele, a construção do caráter depende diretamente do aspecto a longo prazo da experiência emocional de cada um, sendo produto de laços fortes que se constroem no decorrer da vida. Isto é, a construção de sentidos e significados coletivos, o encontro e o confronto entre os diferentes, a solidariedade e a amizade são relações que maturam conforme o tempo, sendo pilares centrais do desenvolvimento do caráter ético.

No novo paradigma de produção, as relações interpessoais dos trabalhadores e trabalhadoras parecem, em algum sentido, se esvaziar e enfraquecer, progressivamente. A alta rotatividade e crescente distância entre os entregadores em função da dispersão pela cidade parecem se colocar como barreiras para a construção de laços fortes de longo prazo e, assim, de subjetividades que se pautem na solidariedade e na coletividade. Produzindo uma espécie de deriva emocional, somada à contínua perda de direitos e de garantias e à alta pressão das crescentes taxas de desemprego, o trabalho vai sendo profundamente precarizado e a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, consequentemente, assolada em meio às crises que dominam os múltiplos cenários da vida. Além disso, a constante doação de seu tempo de vida à produção (seja nos momentos de atividade, seja nos momentos de ociosidade cuja a atenção, disponibilidade e espera constantes são incorporadas como parte do processo de trabalho) faz com que as mais diversas dimensões da vida se percam (quase) completamente, na medida em que o trabalhador é reduzido a mera força de trabalho.

As entregas de aplicativo nos parecem ser a expressão da individualização completa do processo de trabalho, produzindo trabalhadores e trabalhadoras em condições cada vez mais precárias e destinados a nunca se encontrarem. Tendo a cidade se tornado, ela toda, espaço do trabalho, e todo o tempo, tempo produtivo (ou de espera), Gonsales (2020) aponta a dificuldade que estes elementos podem impor à construção de uma consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras de aplicativo, em função de diferentes aspectos; dentre eles, (1) a competição entre trabalhadores e trabalhadoras e (2) a existência de poucos locais físicos

de encontro dos trabalhadores e trabalhadoras das empresas de plataforma (GONSALES, 2020, p. 133; in. Antunes, 2020).

Sendo a relação entre trabalhadores e trabalhadoras fundada na competição e no ranqueamento da produtividade de seu trabalho, parece tornar-se cada vez mais difícil a possibilidade da construção de relações construídas a longo prazo e pautadas na solidariedade e no apoio mútuo, que permitem o reconhecimento da situação de exploração e subordinação entre eles e, como abordado anteriormente, na construção do caráter enquanto expressão e produto de intersubjetividades e da socialização entre indivíduos. Simultaneamente, por estarem cada um desses trabalhadores e trabalhadoras em rotas individuais de entrega e, dessa forma, não haver, a princípio, espaços comuns que possibilitem a reunião e o encontro, o sistema se programa para que esses indivíduos estejam, assim, destinados a nunca se cruzarem.

Repleta de contradições, esta questão exige remeter ao processo de formação da classe trabalhadora e o papel do espaço da fábrica no processo de organização política. Segundo Sevcenko (2001), o surgimento de novos e grandes complexos industriais promoveu o intenso crescimento e concentração de operários em localidades comuns. A concentração de pessoas nas cidades é, em parte, fruto do processo de industrialização, que provocou intensas migrações de trabalhadores e trabalhadoras em busca de empregos, como também na fábrica que, em si, passou a concentrá-los.

O que nos parece interessante ressaltar desse movimento é a situação de aglomeração de operários em um mesmo espaço. O chão comum das fábricas surge como elemento que faz parte da origem da formação da classe trabalhadora, na medida em que cria a possibilidade de que os trabalhadores e trabalhadoras se encontrem nas mesmas condições de trabalho e vivenciem experiências comuns que permitam a identificação uns com os outros, a construção de uma consciência coletiva que emerge no processo de trabalho e da forma como os trabalhadores e trabalhadoras se relacionam uns com os outros através de seu trabalho (SENNETT, 1999). Isso, enfim, parece ser elemento fundamental que proporciona a possibilidade de configuração da classe trabalhadora, especialmente no que diz respeito à sua compreensão de si mesma enquanto classe. É justamente nos momentos em que os interesses coletivos passam a sobrepor os interesses individuais e corporativos que surge o sentido da classe, permitindo que concepções e ações coletivas se tornem uma realidade.

É então que podemos falar de formação da classe operária, não como resultado mecânico da existência da indústria e da abolição da escravidão, mas como um processo de avanços e recuos, pelo fazer-se e desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda manifestação que afirma seu caráter de classe (BATALHA, 2018, p. 173).

Cabe a ressalva de que, ainda que proporcione o encontro e a possibilidade de socialização dos trabalhadores e trabalhadoras, não vemos como uma regra o surgimento de uma organização política de classe em função de um chão comum, até porque esta organização comumente se faz em outros espaços que não na própria fábrica, como nas sedes dos sindicatos e outros espaços de agremiação. O que nos parece importante de se considerar, a partir desses levantamentos, é justamente que a existência de um espaço comum aos trabalhadores e trabalhadoras parece ser um elemento fundamental para que se dê início à formação, articulação e organização política da classe trabalhadora. Em todas as suas contradições, o processo de industrialização e a respectiva consolidação do chão da fábrica enquanto espaço de concentração de trabalhadores e trabalhadoras demonstra ser um elemento extremamente relevante para a consolidação de relações de solidariedade e de identificação entre os operários.

Neste sentido, pensamos ser central compreender o lugar comum do trabalho enquanto espaço que, historicamente, possibilitou o encontro e socialização de trabalhadores e trabalhadoras. A partir disso, podemos pensar como no processo de flexibilização do trabalho este aspecto é transformado incisivamente. Como discutido anteriormente, a cidade se torna o espaço de trabalho dos entregadores, portanto, nos parece nevrálgica a questão da dispersão-concentração dos trabalhadores e trabalhadoras pelo espaço. A flexibilização do espaço-tempo de trabalho nos parece ter implicações diretas na socialização destes trabalhadores e trabalhadoras, na medida em que aparenta não haver, como precedente, um entrecruzamento das rotinas e regiões de trabalho dos entregadores .

Parte II. Nas brechas e nos contratempos

A partir dos debates a respeito das transformações econômicas, políticas e sociais abordadas na primeira parte da pesquisa, nos propomos, neste segundo momento, a refletir acerca da produção do espaço enquanto processo central das dinâmicas e relações sócio-espaciais estabelecidas nos trabalhos de entrega por aplicativo. Segundo Carlos (2019), o pensamento lefebvriano indica a forma do urbano como a formulação de um momento crítico de ruptura no processo histórico da acumulação do capital. Com uma crescente necessidade de realização do valor produzido pela industrialização, a produção do espaço vem, no processo de urbanização, à luz dos processos de acumulação do capital.

Segundo Carlos (2001), o espaço urbano deve ser compreendido como condição, meio e produto da atividade humana. As relações sociais, portanto, se inscrevem e condicionam a produção do espaço, sendo elas também transformadas neste processo. Na medida em que o espaço produzido socialmente torna-se o lugar da reprodução das relações de produção, temos que as relações de produção, portanto, já não mais se limitam aos perímetros da fábrica; elas se estendem por e pelo espaço, sendo elas, também, condição e produto deste espaço. No e pelo urbano, o tempo se vende e se compra, organizando em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção na cotidianidade (LEFEBVRE, 2016).

A segunda parte, neste sentido, se propõe a discutir sobre a emergência das *zonas de pouso* dos entregadores de aplicativo a partir de um debate estruturado na teoria urbana crítica, compreendendo a produção do espaço da cidade como uma produção desigual, fragmentada e segregada que produz concentração e centralização geográfica do capital e, no limite, de trabalho. Os fluxos e dinâmicas dos entregadores pela cidade são fundamentados no par dialético dispersão-concentração, na medida em que, ao mesmo tempo em que estão dispersos pelo espaço, concentram-se em determinadas regiões da cidade. Vivendo a dualidade de um cotidiano que, para Lefebvre (1991) castra, mas é, simultaneamente, feito de brechas, os entregadores passam a se concentrar nas *zonas de pouso* localizadas nas regiões centrais.

Capítulo 5. Do espaço, as contradições

Tudo, salvo um resíduo de desordem e de liberdade, às vezes tolerado, às vezes perseguido com uma terrível força repressora...

Lefebvre (2019)

5.1. A produção do espaço como acumulação urbana

A produção industrial, elemento determinante dos processos de acumulação, parece encontrar seu limite na segunda metade do século XX. Naquele momento, desenhou-se a crise capitalista da sobreacumulação e aquilo que Harvey (2019) entende como um movimento em que “o poder da classe do capital seria protegido à custa do padrão de vida da classe operária enquanto o mercado estivesse desregulado para fazer seu trabalho” (HARVEY, 2019, p. 40). Neste sentido, para Grespan (2009), a partir da crise de sobreacumulação, “o capital se desvia para outras aplicações por não obter valorização suficiente nas esferas produtivas tradicionais” (GRESPLAN, p. 12, 2009).

Conforme os limites da produção industrial circunscrevem-se na crise da sobreacumulação, segundo Simoni-Santos (2022), passaram a crescer os estímulos de forças internas do capitalismo a um movimento de expansão, na medida em que o capital deixa de encontrar meios suficientes de investimento lucrativo para a realização do valor. Esta necessidade expansiva se funda na busca por novos espaços de acumulação e em uma lógica profundamente expansionista - realizando-se, assim, no processo de acumulação por espoliação⁷. Carlos (2019) define este processo como o momento da história em que a produção vem a superar e extravasar o espaço da indústria, tornando-se, assim, o motor da urbanização.

Na medida em que a produção do espaço demanda de maneira contínua a produção e reprodução de novas infraestruturas, este processo torna-se um campo central e extremamente interessante para o escoamento do valor acumulado em forma de investimentos. O eixo de transformação do espaço urbano no século XX que culmina no desenvolvimento das metrópoles modernas se estrutura, desta forma, a partir de uma ligação direta entre crises e produção de uma nova realidade espaço-temporal (SIMONI-SANTOS, 2006). Por isso, defende Simoni-Santos (2006) que há uma migração espacial do capital, na medida em que ocorre um contínuo

⁷ Conceito elaborado por Harvey (2003) em seu livro “O novo imperialismo”. A acumulação por espoliação se funda na prática da acumulação primitiva, profundamente discutida por Rosa Luxemburgo em suas produções a respeito da expansão imperialista do capital.

empenho de buscar novos territórios a serem incorporados no processo de valorização do capital e, eles próprios, tornarem-se espaços de valorização.

Em *A Produção do Espaço*, Lefebvre (2006) compreende a produção capitalista do espaço - em especial, a partir do final do século XIX - enquanto um processo que pode ser entendido a partir da tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização. A condição de tríade indica a indissociabilidade e constante articulação entre estas três categorias.

O elemento de homogeneização se realiza na medida em que ocorre o processo de generalização da forma mercadoria para todo o espaço; isto é, todo o espaço é transformado, de maneira homogênea, em mercadoria. Institui-se um preço à terra e todo o espaço passa a ser passível dos processos de compra e venda. Além disso, para Lefebvre (2006), a homogeneidade também se realiza nas formas de fabricação de elementos e materiais, dos métodos de gestão e de controle, de vigilância e comunicação. Em contraposição à homogeneização, a cidade, sob a égide do capitalismo, se constitui enquanto espaço fragmentado em distintas parcelas e lotes. A fragmentação, portanto, permite a comercialização das parcelas, na medida em que os espaços são isolados e produzidos para determinada finalidade (ALVES, 2020). A hierarquização, por fim, é a expressão da superação desta contradição: é por meio da diferenciação de parcelas homogêneas da cidade de maneira hierarquizada (isto é, a partir dos processos de valorização diferencial e precificação diversa das parcelas do espaço) que o espaço pode se realizar como sendo, simultaneamente, homogeneizado, fragmentado e hierarquizado.

Tendo em vista a importância da produção do espaço urbano para os processos de acumulação do capital, entendemos que o espaço é produzido, portanto, como mercadoria. Sob as rédeas do capitalismo, a produção e o uso do espaço são mediados pela propriedade privada que expressa um valor de troca, de forma a realizar-se como mercadoria. Portanto, a cidade e sua produção tornam-se a expressão da espacialidade do capitalismo avançado e, assim, inserem-se também nos processos de valorização. Assim que, para Simoni-Santos (2022), a cidade deixa de servir ao capital somente em sua função de espaço de circulação à realização da mais-valia, se tornando, ela mesma, objeto dessa valorização.

Conforme Costa e Moraes (1987), a valorização do espaço se dá por meio de duas formas complementares: a primeira, refere-se à criação de uma renda absoluta da terra, que está ligada à condição de propriedade privada da terra e que se expressa sob a forma de uma cobrança ao direito de utilização de uma parcela do espaço físico. A segunda, por outro lado, refere-se à renda diferencial, que surge na medida em que são produzidas qualidades específicas de um lugar, em especial, pela ação do Estado na construção de infraestruturas e de bens de consumo coletivo, por meio da canalização da produção global da sociedade. Produz-se, dessa

maneira, espaços diferenciados e hierarquizados em função da valorização por meio da renda diferencial em conjunto com a renda absoluta.

Em conformidade com os interesses dos agentes capitalistas, o Estado se apresenta enquanto sujeito central da produção do espaço. Segundo Ribeiro e Santos-Junior (2011), as cidades brasileiras são resultado da combinação de dois mecanismos complementares. O primeiro refere-se a uma questão anteriormente levantada, relativa à liberdade que os agentes capitalistas obtêm para tratarem e negociarem a cidade como mercadoria. Em segundo, os autores identificam uma “perversa política de tolerância com todas as formas de uso e apropriação do solo urbano” (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2011, p. 11). Dessa forma, o espaço vai sendo produzido socialmente e, contraditoriamente, apropriado privadamente, na medida em que a valorização do espaço se dá conforme a apropriação do conjunto do trabalho que sintetiza na produção da cidade (ALVAREZ, 2014)

Para Ribeiro e Santos Junior (2011), o Estado participa como o “principal maestro” da produção do espaço, seja protegendo os interesses da acumulação urbana, realizando obras e reformas urbanas que garantam a infraestrutura necessária aos processos de acumulação. Tendo isso em vista, conforme Carlos (2017), o Estado direciona “investimentos em infraestruturas aprofundando as desigualdades na metrópole, interferindo nas formas de apropriação do espaço na medida em que produzem um processo de valorização diferencial do solo urbano” (CARLOS, 2017, p. 22).

É dessa forma que, para Sandra Lencioni (2008), compreender a metrópole e as dinâmicas urbanas passa, necessariamente, pelos conceitos de concentração e centralização do capital. As noções de concentração e centralização se ligam à reprodução do capital, visto que são dois momentos desse processo. Referente à concentração, Lencioni (2008) argumenta que a metrópole, apesar de dispersa, difusa e espraiada territorialmente, se mostra igualmente concentrada: concentra renda, trabalho, população, altas tecnologias e capital. Trata-se do processo que faz expandir os meios de produção e de trabalhadores e trabalhadoras, ao passo que amplia a base da acumulação e com ela se confunde (LENCIONI, 2008). Quanto à centralização, a autora aponta que o capital exige e desenvolve a criação de mecanismos que permitam maior facilidade de administração e controle do processo de reprodução e se relaciona à associação, fusão e reagrupamento dos capitais. Assim, geograficamente se expressa a tendência de um movimento de constante renovação das centralidades da metrópole como forma de insistência do poder do capital. Se põe em curso o processo de valorização de determinadas regiões em detrimento de outras, em função, especialmente, de investimentos regidos por uma intrínseca relação entre Estado e agentes capitalistas.

Sendo assim, as áreas centrais materializam diferentes tempos de forma intensa, em espaços densos, marcadas por elevado valor econômico e grande conteúdo simbólico (SPOSITO, 2022). Para entender o movimento que define a relação entre estes elementos se faz preciso compreender que, à concentração do capital, vincula-se o processo de intensificação geográfica, tendendo a reforçar a região mais desenvolvida (SIMONI-SANTOS, 2013).

Ao desenvolver suas análises a respeito de São Paulo, Simoni-Santos (2013) afirma que a cidade se desenvolveu como uma importante centralidade do capital, associada à tomada de decisões e à gestão dos altos negócios financeiros. Em conformidade com Lencioni (2008), o autor aponta que, apesar da metrópole contemporânea conter certo grau de dispersão, ela ainda assim se realiza com um alto coeficiente de concentração, desenvolvendo no espaço urbano da cidade centros de gestão vinculados à condição de concentração e centralização geográfica do capital.

No espaço da cidade, o capital passa a concentrar novos segmentos de serviços, financeiros e de gestão em regiões específicas. Dessa forma, passa também a concentrar geograficamente os investimentos, permitindo o desenvolvimento de áreas muito restritas - fragmentos da metrópole de São Paulo (SIMONI-SANTOS, 2013). É por isso que, como aponta Simoni-Santos (2013), “esse é o sentido da centralização geográfica do capital. Surge uma dinâmica aparentemente autoalimentada de reconcentração geográfica do investimento que em si mesma é promotora de novas oportunidades e de investimentos” (Simoni-Santos, 2013, p. 168). Há, neste processo, o fator referente a uma profunda desigualdade no que diz respeito aos empreendimentos e investimentos na cidade, produzindo uma intensa segmentação e seletividade sócio-espaciais (SPOSITO, 2022).

No que se refere à formação das centralidades, para Sposito (2022), a “centralidade não é um lugar ou uma área da cidade, mas, sim, a condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar” (SPOSITO, 2022, p. 73). É a partir da relação entre a localização e os fluxos que geram a centralidade e que a sustentam que podemos apreender a sua condição. Ainda segundo Sposito (2022), as áreas centrais devem ser entendidas como espaços que ancoram a constituição das centralidades, não sendo, todavia, a mesma coisa que elas.

Na medida em que as centralidades se estabelecem a partir dos fluxos e da relação com os outros fragmentos das cidades, há, no processo de produção do espaço, um novo circuito de acumulação: o de reprodução da centralidade. Neste sentido, há um contínuo processo de destruição e de restituição da propriedade privada, com a redefinição dos usos (SIMONI-SANTOS, 2013) que, como será desenvolvido, dizem respeito à condição de plasticidade da metrópole (ALVAREZ, 2014). A reprodução das centralidades refere-se, segundo Simoni-

Santos (2013), a um processo em que a mobilidade do capital deixa de se manifestar por meio da expansão geográfica absoluta, e passa a se realizar pela intensificação capitalista dos espaços centrais. Para o autor, a centralidade continuamente se reproduz em um ciclo de redefinição dos usos dos espaços, na medida em que cria novas oportunidades de investimentos lucrativos ao capital.

Quando analisando o caso da Avenida Faria Lima, Carlos (2017) defende que a operação urbana, como um mecanismo encontrado para contornar o problema da raridade do espaço e superar os limites impostos pela propriedade privada, redefine os modos de apropriação na vida cotidiana a partir das intervenções do Estado. Isto é, utilizando-se de seu poder de planejador, o Estado é responsável pela desapropriação e destruição de áreas para instalar, em sequência, toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de uma nova atividade. Para a autora, a Operação Urbana Faria Lima aparece enquanto uma estratégia de intervenção espacial em que foi liberada uma parcela significativa do solo urbano ocupado para outro uso. Assim, afirma Carlos (2017) que se produz continuamente a especialização dos lugares, determinando e redirecionando fluxo em um movimento que produz e reproduz centralidades novas.

Dessa forma, para Sposito (2022), o processo de constituição das centralidades e de apropriação dos centros produz um movimento de segregação, na medida em que as possibilidades de ir e vir, de apropriar-se do que é central e viver determinados lugares não é a mesma coisa para todos. Como veremos em outro momento, as centralidades também se constituem como espaços do encontro e do confronto, na medida em que reúnem todos os elementos da vida urbana colocando frente a frente distintas formas de uso e de apropriação do espaço. Neste sentido, o espaço da cidade capitalista é caracterizado por uma produção social cujo uso e apropriação são privados, assumindo morfologias espaciais de uma profunda desigualdade social, de fragmentação e de segregação.

Dialeticamente, a produção das periferias é profundamente marcada pela falta de investimentos do Estado enquanto agente produtor do espaço. Este movimento, todavia, não é acidental, mas essencialmente político. Sendo assim, fica a cargo dos próprios trabalhadores e trabalhadoras moradores da periferia a construção de parcelas significativas da cidade - isto é, de sua moradia, das ruas, da iluminação, entre outros elementos de infraestrutura e que dizem respeito à reprodução da vida. Parece ser um negócio extremamente interessante para o Estado que os trabalhadores e trabalhadoras nas periferias produzam, eles mesmos, o espaço da cidade (sem custos provindos do poder público).

A profunda falta de investimentos públicos para as periferias e para a população pobre de maneira planejada produz um processo de “superexploração” do trabalho, na medida em que os trabalhadores e trabalhadoras são obrigados a criar as condições da sua própria sobrevivência e da reprodução da vida. Simultaneamente, estes espaços tornam-se, da perspectiva do capital, enormes reservatórios de acumulação por espoliação e de futuras valorizações quando inseridos nos circuitos de valorização financeira. Ocorre, portanto, a produção de uma “reserva territorial” de acumulação primitiva do espaço (SIMONI-SANTOS, 2022). A inserção dessas parcelas aos circuitos da valorização pode ser realizada por espoliação ou desposseção, mecanismos profundamente viscerais aos processos de acumulação urbana. Cabe enfatizar que a relação entre centro e periferia é e sempre deve ser entendida como dialética; conformada entre tensões e confrontos, entre a complementaridade e a negação, sendo produzida e reproduzida constantemente. Apesar disso, a presença do Estado nas periferias não deve ser entendida como mera ausência, podendo ser percebida de distintas maneiras, em conformidade com alguns elementos de omissão. A ação da polícia militar como braço armado que garante a ordem do capital é um exemplo fundamental.

O processo dialético de periferização e centralização das cidades é condição e produto de relações de classe que se inscrevem no espaço, articulando, assim, hierarquias sociais e espaciais. A relação dialética e indissociável entre centro e periferia é reposta a todo momento em um movimento plástico de produção e reprodução do espaço que se dá a partir de contínuos processos de valorização-desvalorização-revalorização do espaço urbano.

Desta maneira, a cidade no capitalismo se realiza em um movimento que Alvarez (2014) denomina como a *plasticidade da metrópole*. A plasticidade da metrópole constitui um movimento capaz de garantir a reprodução do capital através da contínua atualização da propriedade privada, produzindo, destruindo e reproduzindo o espaço. Esta plasticidade também explicita a condição de desigualdade e fragmentação da produção do espaço e, como tratado anteriormente, o Estado apresenta-se como agente fundamental da imposição da troca e sua normatização, além de garantir a instituição e conservação da propriedade privada da terra. A ação estatal se torna essencial para a atribuição de novos papéis ao espaço urbano nos processos de circulação e valorização do capital, comprometido com a elevação das taxas de rentabilidade pertinentes aos setores privados (SIMONI-SANTOS, 2006). A globalização do modelo capitalista opera continuamente “a destruição/despovoamento por um lado, e a reconstrução/reordenamento por outro, de regiões e nações para abrir novos mercados e modernizar os existentes” (MARCOS, 2020, p. 9). Nas cidades e no contexto urbano brasileiro,

isso ganha especial clareza com as grandes operações e reformas urbanas, entendidas como uma “nova sorte de acumulação primitiva do espaço” por Simoni-Santos (2006).

Assim, segundo Carlos (2014), a crise do espaço capitalista:

(...) sinaliza a produção de um urbano no qual os acessos à cidade, como lugar da vida urbana, acham-se subsumidos ao valor de troca e às estratégias políticas. Isso aponta a constituição do urbano como negócio, criado e orientado por alianças entre as esferas públicas e privada, contra os interesses do conjunto da sociedade, tendo como consequência, dramaticamente, a segregação no seio de uma sociedade que tem na propriedade privada um pilar indiscutível de estruturação social, mediando e moldando todas as relações entre indivíduos (por meio de várias formas contratuais) e destes com o espaço da vida (apropriação privada do solo urbano) (CARLOS, 2014, p. 479).

Os locais de maiores investimentos e de interesse dos agentes capitalistas, dessa forma, são aqueles que concentram e centralizam o capital, produzindo fluxos e morfologias urbanas intrínsecas aos processos de valorização e de acumulação. São essenciais, portanto, para compreender as dinâmicas e fluxos dos entregadores na medida em que eles reiteram a relação dialética entre centro e periferia.

5.2. *As relações centro-periferia no cerne das transformações do capital*

Tendo em vista a condição desigual, fragmentada e segregada que a cidade assume no capitalismo, entendemos que a compreensão do processo da produção do espaço é fundamental para a análise dos fluxos e dinâmicas que surgem no cotidiano dos entregadores. Com o enraizamento progressivo das plataformas e aplicativos no mundo do trabalho, a cidade se torna o espaço do trabalho - suas ciclovias, ruas, calçadas - e, assim, uma espécie de fábrica expandida. Todos os lugares de passagem das cidades tornam-se potenciais espaços de trabalho e, invariavelmente, todo tempo, ao longo do dia, se torna potencial tempo produtivo. Seja à espera da próxima entrega, seja locomovendo-se em função dela, os entregadores de aplicativos se deslocam pela cidade em função da demanda e, em especial, das promoções e oportunidades diretamente controladas pelas *empresas-aplicativo*.

Segundo Fioravanti (2023), há uma profunda imbricação entre o controle e o gerenciamento das práticas de trabalho e das práticas espaciais dos entregadores. Ainda que a dispersão dos trabalhadores e trabalhadoras pela cidade seja uma característica relevante dos trabalhos de aplicativo, há uma intensificação do controle que parece se realizar justamente pela dialética de uma dispersão-concentrada, como a autora argumenta. Retomando o debate de Rizek et al (2024) tratado no capítulo 3, ainda que a organização e gestão do trabalho se dê sob

um formato de flexibilização e dissimulação, persiste um controle rígido do tempo e do espaço. Isso é condição e produto da “dispersão de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras executando tarefas cuja distribuição é programada pelas *empresas-aplicativo* apenas para se efetivar por meio de um controle contundente sobre o próprio trabalho e pela centralização do controle” (FIORAVANTI, 2023, p. 23).

Neste mesmo sentido, Fioravanti (2023) demonstrou, a partir do mapeamento dos deslocamentos dos entregadores, um recrudescimento da relação centro-periferia, entendida como produto e condição dos processos de acumulação. Para a autora, os fluxos diários dos trabalhadores e trabalhadoras demonstram uma reprodução dos deslocamentos já reiterados na metrópole, ligados à produção de um espaço profundamente desigual, fragmentado e segregado. Mesmo que não haja um local único de trabalho há, de fato, regiões mais procuradas, justamente porque elas concentram os elementos que viabilizam o processo de trabalho.

Como demonstra a autora, as regiões de maior demanda de delivery coincidem com os distritos de maiores rendas e considerados parte do centro expandido: Itaim Bibi, Jardim Paulista, Pinheiros e Moema. Por outro lado, os trabalhadores e trabalhadoras que se ocupam das entregas por plataformas são, em sua esmagadora maioria, trabalhadores e trabalhadoras periféricos. Por isso, deslocam-se diariamente das periferias para as áreas centrais da cidade de São Paulo. Como podemos observar a partir da figura A1 (ANEXO A), o sentido dos fluxos expressa o deslocamento dos entregadores desde outros municípios (Suzano, Mogi das Cruzes, Itapevi, Cotia, entre outros) e das regiões periféricas do município de São Paulo (Grajáú, Parelheiros, Jaraguá, Guaianases, entre outras) para as regiões centrais (Augusta/Paulista, Pinheiros, Itaim e Moema) em busca do trabalho. Das mais diversas regiões, os trabalhadores e trabalhadoras se deslocam dezenas de quilômetros para concentrarem-se nas regiões que concentram as melhores oportunidades de trabalho (regulada pelas *empresas-aplicativo*).

O que nos parece central nas análises de Fioravanti (2023) e Rizek et al (2024), é o fato de que, ao mesmo tempo que os trabalhos de plataforma implicam em uma maior dispersão dos entregadores pelo espaço urbano, há uma profunda manutenção das relações de desigualdade e segregação sócio-espaciais entre centro e periferia, inscritas nos fluxos e morfologias do espaço. A relação entre centro e a periferia é continuamente reiterada, na medida em que o capital continua a produzir e reproduzir a concentração e centralização geográfica. Como aponta Fioravanti (2023), as centralidades nunca se fazem completas, porque dependem das relações entre as diversas localidades, entre centro e periferia, e estas relações estão permanentemente em movimento como uma totalidade aberta.

É interessante perceber que, deslocando-se continuamente das periferias para os centros, os trabalhadores e trabalhadoras - ainda que em rotinas individualizadas - passam a se concentrar nas regiões em que estão acumuladas as oportunidades de trabalho. Estas regiões coincidem com as regiões de maiores investimentos, infraestruturas e concentração de renda, como demonstram brilhantemente Fioravanti (2023) e Rizek et al (2024). Compreendem, assim, a continuidade de relações sócio-espaciais de desigualdades e da relação centro-periferia apesar das transformações do capitalismo das últimas décadas. Nas áreas centrais das cidades estão os postos de retirada de bicicleta, a esmagadora maioria dos restaurantes, a demanda regulada pelas *empresas-aplicativo* e, em especial, as zonas promocionais. Está, assim, a possibilidade do trabalho. Os mapas dos Anexos B e C, também realizados por Fioravanti (2022), expressam esta relação. A figura B1 (ANEXO B) mostra que, no ano de 2022, as bases do iFood Pedal⁸ se encontravam nos distritos do Itaim Bibi, Moema, Jardim Paulista e Pinheiros. Já na figura C1 (ANEXO C), temos que as bases de retirada de bicicletas do Itaú (um importante instrumento de trabalho de muitos entregadores) também estão nestas regiões, em especial nos distritos de Pinheiros e Itaim Bibi.

Ressaltamos, a partir disso, a condição contraditória sobre a qual os fluxos e dinâmicas dos trabalhos de aplicativo se inscrevem: há, simultaneamente, dispersão e concentração. Assim, a nova modalidade de trabalho produz, inerentemente, novas dinâmicas e práticas sócio-espaciais que, de forma ou outra, reiteram e redefinem as morfologias urbanas (Fioravanti, 2023).

A partir das pesquisas de Fioravanti (2023) e Rizek et al (2024), temos que as relações entre centro e periferia são continuamente reiteradas e redefinidas. Com a ascensão do trabalho de entregas por aplicativo, novas e velhas dinâmicas e morfologias urbanas são produzidas e reproduzidas, ressaltando-se a produção da condição de centralidade de determinadas áreas do espaço urbano. Nas localidades em que se encontram a concentração de capital e de possibilidade do trabalho, os entregadores de aplicativo passam também a se concentrar e, com isso, a fazer parte das dinâmicas produzidas nas centralidades. Surgem, então, os espaços que chamamos de *zonas de pouso*. Sendo as entregas por aplicativo remuneradas somente a partir da realização da entrega, durante a jornada de trabalho dos entregadores , surgem tempos considerados “mortos” e improdutivos; são os tempos de espera, de alimentação, de descanso.

Tendo em vista a concentração das demandas e oportunidades nas áreas centrais, os tempos improdutivos são também realizados nestes espaços. Neste sentido, entendemos que a

⁸ Bases de apoio e retirada de bicicletas.

concentração de entregadores nas áreas centrais são fruto da permanência como estratégia de redução ao máximo dos tempos mortos, considerando que o deslocamento é um aspecto central do trabalho. Mas, na medida em que a realidade contém a sua própria negação, da permanência como estratégia de viabilização do trabalho passam a emergir, simultaneamente, elementos residuais do encontro que não estavam programados.

Capítulo 6. Das contradições, as brechas

6.1. A centralidade, a vida urbana e o encontro em Henri Lefebvre

As contradições que se produzem nas relações sócio-espaciais das entregas por aplicativo nos remetem à necessidade de discutir a condição da vida urbana e, no limite, a formação de centralidades no tecido urbano. A desigualdade e a fragmentação sócio-espacial de São Paulo são condição e produto dos distintos fluxos e dinâmicas que nela se estabelecem e, neste sentido, os espaços da cidade devem também ser entendidos como lugares do encontro, de entrecruzamentos e sobreposições. A partir da reflexão a respeito da produção de um espaço desigual e fragmentado, que concentra e centraliza bens de consumo coletivo, infraestrutura, investimentos, entre outros elementos que viabilizam a vida urbana, é preciso pensar a condição do urbano e, no limite, das centralidades, como espaços dialéticos do encontro e do confronto.

Para Lefebvre (2016), o urbano trata-se de uma forma: a do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social. É no urbano que redes e fluxos se entrelaçam, superpondo-se e imbricando-se, permitindo que esta forma se manifeste, enfim, como exigência do encontro, da reunião e da informação. Neste sentido, no seio do processo de urbanização, produzem-se centralidades enquanto condição e produto do encontro. Segundo Lefebvre (2016), não existe realidade urbana sem um centro, pois, tendo em vista que a forma própria do urbano é a da reunião, impõem-se, imperativa, a gênese de um espaço em que se faz possível o encontro de todos os objetos e sujeitos. Sendo o urbano a forma do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social, a centralidade se realiza enquanto simultaneidade de tudo aquilo que se pode reunir, se encontrar, se acumular: “a forma vazia pode e deve ser preenchida” (LEFEBVRE, 2016, p. 112).

É por isso que a centralidade é, nesta medida, constitutiva da vida urbana e, portanto, sem ela, não poderia haver vida urbana. Ela expressa a captura de toda a potência do espaço urbano, na medida em que nela surge a possibilidade de imbricamento dos múltiplos e diversos caminhos, das múltiplas temporalidades e dos fios que compõem o tecido urbano. A centralidade é, fundamentalmente, o espaço da vida urbana. E, para Lefebvre, quando se atacam as centralidades, ataca-se o coração da prática urbana. Assim como a rua, estes espaços, caracterizados pelo entrelaçamento de caminhos e pessoas, guardam a condição de um espaço-tempo dual, sendo, simultaneamente, ruptura-sutura (LEFEBVRE, 2019). Permeadas de contradições, as centralidades, produzidas a partir do encontro do que é múltiplo, se produzem, também, a partir do confronto e daquilo que rompe. O caráter de ruptura-sutura é, assim, a

condição do espaço urbano que afasta e traz para perto; que explode e implode; que rompe e costura novamente.

Reitera-se, então, que, para Lefebvre, a centralidade guarda uma condição privilegiada de possibilidade de convergência de todas as coisas. Assim, afirma:

Com mais frequência, ele supõe e propõe a concentração de tudo o que existe no mundo, na natureza, no cosmos: frutos da terra, produtos da indústria, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos. Em que ponto? Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é, e será concentrado e poli(multi)cêntrico. A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e essa dispersão: multidões, acumulações colossais, evacuações, ejeções súbitas. O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam uma nas outras, encontram-se diante de e em um amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevisíveis. Na sua definição, esse espaço comporta um vetor nulo (virtualmente); a anulação da distância obceca os ocupantes do espaço urbano. É seu sonho, seu imaginário simbolizado, representado de múltiplas maneiras: nos planos, no frenesi dos encontros e aproximações, na atração pela velocidade “até na cidade” (LEFEBVRE, 2019, p. 55).

Desta condição privilegiada enquanto lugar do encontro, as centralidades nos mostram que a cidade é, afinal, feita de entrecruzamentos, confrontos e encontros - de histórias, de caminhos, de pessoas. Cruzamentos estes que, para Vera Telles (2010), “não se trata de imaginários difusos, é questão posta na materialidade de seus artefatos e redes que articulam espaços e territórios, e que os conectam (mas também separam e bloqueiam) com os centros urbanos e as várias centralidades em torno das quais gravita a vida urbana, definindo vetores de práticas e deslocamentos cotidianos” (TELLES, 2010, p. 89). Isto é, o espaço urbano, enquanto condição e produto da vida cotidiana, permite que se entrecruzem caminhos, temporalidades e, portanto, histórias distintas em um mesmo lugar. É daí, então, que assumimos emergir a importância e a condição da centralidade enquanto espaço dialético: ela é espaço do capital, mas, também, lugar do encontro e da socialização.

6.2. O forjar das microcentralidades provisórias

A partir do pensamento lefebvriano acerca da noção de centralidade, nos propomos a entender e analisar aquilo que chamamos de *zonas de pouso* dos entregadores - isto é, os espaços de espera, de alimentação, de descanso, entre outros muitos usos e possibilidades - enquanto *microcentralidades* que se forjam em tensão com e nas grandes centralidades do capital. Para além da centralidade ancorada às áreas centrais e em sua condição enquanto de relação entre localidades e fluxos, a partir do pensamento lefebvriano passamos a entender estes

espaços como sendo, também, lugar em que pulsa latente o encontro. Como discutido anteriormente, a concentração de renda, infraestrutura, restaurantes, promoções, oportunidades e instrumentos de trabalho se mostram elementos fundamentais para a concentração dos trabalhadores e trabalhadoras em determinadas regiões da cidade, num espaço em que a segregação assume a forma da concentração e implica, assim, na reunião. A partir das dinâmicas produzidas em função da concentração e da centralização, podemos observar a formação de distintos espaços que passam a ser utilizados de maneira comum pelos entregadores ao longo de suas jornadas de trabalho. Nos parece, então, que surge uma brecha na contínua tendência à dispersão e à individualização da vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

A ideia de *zona de pouso* diz respeito a espaços que são condição e produto das dinâmicas cotidianas dos entregadores para esperar, descansar, alimentar-se durante o dia de trabalho, especialmente nas regiões centrais das cidades. Cabe novamente a ressalva de que esses espaços surgem como estratégias diárias de mobilização e de possibilidade do trabalho. Isto é, concentrados nas regiões em que há a mobilização de elementos que viabilizam o trabalho, os entregadores encontram, no seio das áreas centrais, espaços para os tempos mortos e improdutivos sob o ponto de vista do capital. A condição de *microcentralidade* é atribuída na medida em que as *zonas de pouso* ganham uma dimensão coletiva e comum no momento em que os entregadores se reúnem em um mesmo espaço-tempo. Tornam-se espaços que permitem o encontro e a reunião, de forma que os trajetos e os movimentos dos entregadores passem a convergir ao longo do dia.

Durante os trabalhos de campo, pudemos observar distintas características destes espaços-tempo. Se, por um lado, ao longo da pesquisa pudemos constatar que restavam alguns poucos espaços proporcionados pelo próprio iFood e direcionados aos entregadores (pontos de apoio que, como será discutido adiante, são continuamente dissolvidas e modificadas), por outro, em função da volatilidade destes pontos, os entregadores encontram, enquanto necessidade e estratégia de sobrevivência, espaços para “pouso”. Esses espaços são diversos: são esquinas em frente ao mercado Oxxo, “academias” ao ar-livre nas ciclofaixas, bancos e mesas no Largo da Batata, praças, parques, entre muitos outros que, de todo modo, estão concentrados nos limites territoriais determinados pelas *empresas-aplicativo*.

O Largo da Batata foi uma das *zonas de pouso* frequentadas durante os trabalhos de campo. Nele, se encontra o metrô Faria Lima, acessado por milhares de pessoas todos os dias e, portanto, constitui-se de fluxos múltiplos. Nas últimas décadas, o eixo Faria Lima-Berrini consolidou a sua condição de centralidade de São Paulo, na medida em que a região se tornou um polo financeiro de grande importância, especialmente nos distritos de Pinheiros e Itaim Bibi.

O espaço da praça conta com algumas estruturas (bancos e mesas) que possibilitam uma convivência de caráter mais prolongado. Durante os campos realizados no local, pudemos observar uma enorme pluralidade quanto ao fluxo de pessoas que por lá passam: são crianças e idosos, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras em sua multiplicidade, entregadores de aplicativo e muitas pessoas em situação de rua. Consideramos, portanto, que o Largo da Batata guarda a possibilidade de encontro e confronto dos diferentes.

Tendo isso em vista, pudemos perceber que o Largo da Batata se torna um ponto muito frequentado pelos entregadores (Figura 1). Das muitas idas a campo, não houve uma sequer na qual não pudemos observar a presença de entregadores e, ainda, de socialização entre eles.

Figura 1: *Zona de pouso* dos entregadores no Largo da Batata.



Foto: Catarina Simonetti de Mattos, 2024.

Outro espaço frequentado pelos entregadores na região da Faria Lima, são o que nomeamos de “academias ao ar livre”, encontradas nas ciclovias da avenida. Estes espaços são de significativo uso dos entregadores em parte porque se encontram, justamente, no local próprio do trabalho dos cicloentregadores. Em diversas idas a campo, observamos o uso desses espaços como lugar de espera - em que, por vezes, os entregadores interagem entre si, mas, também, descansam mexendo em seus celulares - e de realização das refeições - o que foi bastante constatado durante os campos. Nos parece que, talvez por esses espaços estarem entre a velocidade das bicicletas de um lado e, dos carros de outro, que eles são menos utilizados como lugar de socialização como é o Largo da Batata, por exemplo. Ainda assim, ouvimos dos entregadores que costumam “pousar” por ali que a presença do restaurante do McDonald's é

um elemento determinante para a concentração de trabalhadores e trabalhadoras, dado que há sempre oportunidades de entrega.

Além das praças e das “academias” públicas, outro tipo de espacialidade nos chamou a atenção como lugar de encontro e trocas entre os entregadores . Em uma ida à campo, tivemos como destino final a esquina da Rua Aracari com a Avenida Cidade Jardim, na qual se localiza um mercado Oxxo. Em diversos horários do dia (mas, em especial, próximo às horas tradicionais das refeições), aquele espaço se torna um ponto de encontro de muitos entregadores . Este, diferente de outros espaços de reunião de entregadores que podem ser observados ao longo da ciclovia da Faria Lima, parece unir tanto bikers, quanto motoqueiros em uma dimensão dialógica do que pode ser observado em outros locais. No entremeio de dois dos distritos mais caros de São Paulo (Pinheiros e Itaim Bibi), se juntam diversos entregadores ao longo do dia. Entendemos que o mercado Oxxo não só é um dos estabelecimentos mais baratos da região, como também permite que os entregadores utilizem do micro-ondas para esquentar as suas marmitas. Não é raro ver, além de entregadores sentados na esquina, alguns utilizando o próprio espaço do Oxxo para fazer a refeição.

Além disso, um dos pontos mais significativos frequentados nos trabalhos de campo foram as chamadas “docas” do shopping Eldorado. Localizado entre duas das principais avenidas da cidade de São Paulo (Avenida Faria Lima e Avenida Rebouças), o shopping concentra uma multiplicidade de restaurantes que, invariavelmente, concentram um alto número de pedidos e de entregas. Sendo assim, o shopping atrai uma multidão de trabalhadores e trabalhadoras que, todavia, não podem utilizar-se dele para seu próprio uso - isto é, de seus bancos, banheiros e outras infraestruturas de necessidades básicas. Dessa forma, os entregadores aglomeram-se na Rua Ibiapinópolis, localizada atrás do shopping. Retiram os pedidos no chamado “iFood Hub”, área reservada para que funcionários do iFood recolham as entregas nos restaurantes e entreguem elas para os entregadores . A rua acumula uma multiplicidade de entregadores , que passaram a utilizar-se como ponto de referência de entregas e de sociabilidade. Em uma curiosa divisão entre motoboys e bikers, os entregadores sentam nas calçadas à espera de entregas, alimentando-se, conversando e descansando. É importante ressaltar que, na mesma rua, encontra-se um foodtruck e um pequeno comércio de senhora que vende marmitas ao preço de R\$15,00, o que parece ser mais um elemento que contribui para a condição de *microcentralidade* desta *zona de pouso*. A importância de locais que produzam certa centralização para a mobilização do cotidiano também se refere a outros elementos que não só aqueles ligados às relações entre os próprios entregadores , mas com outros trabalhadores e trabalhadoras também vinculados à informalidade. Conforme relatado

por muitos entregadores , não há possibilidade de retornar às suas casas para o almoço, além de afirmarem que os restaurantes da região costumam ser muito caros. Portanto, para muitos, a presença destes pequenos comércios pareceu ser fundamental para a realização da rotina de trabalho e, no limite, para a conformação das *zonas de pouso*.

O que se faz fundamental ressaltar quando se pensa a respeito dessas *microcentralidades provisórias* que se forjam pela cidade é a relação dialética que se estabelece entre as zonas de espera dos entregadores e as regiões centrais, concentradoras de trabalho e capital. Isto é, *microcentralidades* que são dinâmicas, se deslocam, se desdobram no espaço-tempo. Estes espaços-tempo de espera surgem e, na mesma medida, emerge a socialização. São fruto da produção de um espaço desigual, fragmentado e segregado; são espaços que se localizam nas áreas centrais do capitalismo, nos lugares da cidade para as quais está direcionada a demanda de trabalho e onde está concentrado e centralizado o capital.

É em função da relação dialética entre essas qualidades dos espaços (do capital-trabalho e do encontro-socialização) que se forjam as *microcentralidades*; no tecido urbano, tempos biográficos e tempos sociais se articulam na linha de sucessão (TELLES, 2010), produzindo, assim, “pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias - ‘zonas de turbulência’ em torno das quais ou pelas quais são redefinidas (deslocamentos, bifurcações) práticas sociais, agenciamentos cotidianos, destinações coletivas” (TELLES, 2010, p. 85). A intersecção desses espaços - do capital-trabalho e do encontro-socialização - permite entender que, ali, se forjam relações com o espaço e com os outros que nos parecem ser, na mesma medida, condição e produto das relações e dos vínculos entre os entregadores de aplicativo.

Capítulo 7. Das brechas, os possíveis

7.1. A vida cotidiana entre produtos e resíduos

Pensar as *zonas de pouso* enquanto espaços de socialização e, portanto, na sua condição de *microcentralidade* - isto é, espaço do capital-trabalho e do encontro-sociabilidade - nos obriga a entender as dinâmicas destes encontros, especialmente no que diz respeito à vida cotidiana dos entregadores de aplicativo. É no dia-a-dia que se conformam as práticas e dinâmicas desses espaços e entre entregadores e, por isso, daremos destaque, neste momento, à compreensão da dimensão do cotidiano enquanto espaço-tempo privilegiado de análise e de compreensão de uma realidade que não poderia estar mais longe de ser homogênea.

Cabe a nota de que, historicamente, a filosofia largamente ocupou-se da reflexão acerca das grandes narrativas da história e dos considerados “grandes feitos”. Em um movimento crítico a respeito destas distintas perspectivas filosóficas, Lefebvre (1971) identifica que o pensamento filosófico muitas vezes baseou-se apenas na busca por aquilo que se mostraria universal; pela produção e construção de uma narrativa que compreendesse o sentido de todas as coisas.

Neste sentido, propondo-se a atravessar as contradições deste modo de análise, Henri Lefebvre (1991) traz à luz uma categoria até então profundamente negligenciada na tradição filosófica: o espaço. Para ele, o que explica o mundo já não pode mais ser apenas a história e a historicidade - há de se olhar para a dimensão da espacialidade. Lefebvre coloca em evidência três dimensões - fundamentais à reflexão que aqui propomos - como pilares centrais para a compreensão e transformação do mundo: o espaço, o urbano e o cotidiano. Esses elementos permitem revelar um mundo rico na medida em que possibilitam um aprofundamento da compreensão da vida moderna em suas múltiplas dimensões.

Enquanto categoria de análise e dimensão concreta da vida, a investigação do cotidiano permite compreender a vida invadida pelo tempo produtivo, se instaurando como exigência da acumulação, aprofundando desigualdades e colocando indivíduos em relação pela mediação das mercadorias e imagens (CARLOS, 2019). O cotidiano permite identificar como se encarnam e se inscrevem no espaço-tempo as estruturas sociais. É por isso que, segundo Carlos (2019), “a cotidianidade comportaria a cisão da vida real em setores definidos e separados em suas funções e organizados como momentos referentes” (CARLOS, 2019, p. 462), se prendendo às funções banais e repetições no contexto da reprodução e acumulação ampliada do capital. Compreendê-lo, significa, nesta perspectiva, compreender a transversalidade que o capital

assume na dominação (quase) completa da vida e, assim, encontrar no seu limite, lacunas e resíduos daquilo que escapa à dominação e ao ordenamento da vida.

O cotidiano implica em uma contradição, porque, para Lefebvre (1991), ele se define como sendo, dialeticamente, produto e resíduo. Esse duplo aspecto expressa a oposição complementar entre sua riqueza e sua miséria; sua decadência e sua fecundidade. Por um lado, o cotidiano é produto do conjunto social e das relações sociais de produção, sendo ele o reino do número, do repetitivo, da sobrevivência, da penúria e do prolongamento da escassez (LEFEBVRE, 1991). Como produto podemos, a partir dele, caracterizar a sociedade moderna em que vivemos, de forma a captá-la em todas as suas nuances e penetrá-la em todas as suas camadas, para, assim, poder defini-la. Por outro lado, o cotidiano é, também, resíduo; porque ele é lugar da prática incompreendida, da apropriação do corpo, do tempo, do espaço, do desejo - ou seja, lugar onde se encontram necessidades e bens (LEFEBVRE, 1991). Aparentemente um conjunto de acontecimentos e elementos insignificantes, na cotidianidade também emerge a expressão de um mundo prático-sensível que nos permite compreender a vida em sua profundidade e múltipla dimensionalidade.

Do cotidiano emerge aquilo que é resíduo e irreduzível: o que, depois de feitas todas as contas e subtraídas as institucionalidades e produtos da sociedade moderna, resta e se produz como resistência. São os encontros entre os diferentes, são os “conflitos, contestações que impedem o fechamento e causam rachaduras nas muralhas” (LEFEBVRE, 1991. p. 84). O cotidiano, ainda que produto da história, também escapa ao domínio da mercadoria e de seu mundo, sendo potencialmente transformador dessa condição, mostrando que a realidade não é estritamente homogênea e contém a sua própria negação (CARLOS, 2019).

Dessa forma, o pensamento lefebvriano aponta para a necessidade da construção de uma práxis revolucionária que se alimente e seja guiada por processos de apropriação do espaço e de todas as dimensões da vida que, não só foram negligenciadas, como esquecidas, apagadas e reprimidas: o corpo; os afetos; o riso; o desejo; as paixões; os sonhos; os instintos; e tudo aquilo que comporta a dimensão sensível da vida. A apropriação representa, para Lefebvre, um fator de superação do horizonte emancipatório limitado do qual a filosofia do sujeito até então se ocupou (SIMONI-SANTOS, 2021).

Enquanto utopia renovada, a crítica ao cotidiano se caracteriza pela ênfase na necessidade de interromper o tempo linear e unidirecional do relógio mecânico-capitalista e da apropriação contínua de objetos e bens da vida cotidiana (SIMONI-SANTOS, 2021). Tendo em vista que a produção do espaço e a instauração do cotidiano apresentam-se enquanto elementos necessários da reprodução do capital e da sociedade capitalista, são eles também os lugares

permeados e emergentes de resistências às forças hegemônicas do Estado neocapitalista (CARLOS, 2019).

Evidencia-se, enfim, que a práxis revolucionária deve se voltar, irrevogavelmente, também à reflexão e transformação das dimensões do dia-a-dia, implicando na quebra da linearidade do tempo e da unilateralidade pela qual o capital determina a vida. Será no cotidiano a emergência da (re)apropriação do espaço-tempo; do corpo; da realização da correspondência entre bens, necessidades e desejos. É por isso que, no espaço e a partir do cotidiano, se desenvolve, enfim, um campo de possibilidades de apropriação, na medida em que “a adesão ao momento transcende qualquer tipo de saber, qualquer forma de interioridade, porque nos reenvia a um porvir para além de nós” (CELATI, 2007 apud. TARÍ, 2019, p. 293). A partir dessa perspectiva, fomos a campo a fim de compreender as dinâmicas cotidianas da vida dos entregadores de aplicativo.

7.2. O que resta, então, de possível? Por uma defesa do encontro

Eis o que é bem menos espetacular do que “o movimento” ou “a revolução”, mas mais decisivo. Ninguém poderá dizer daquilo que um encontro é capaz...

Comitê Invisível (2014)

Das lacunas e contradições que a modalidade dos trabalhos de aplicativo produz, emergem, da vida cotidiana dos entregadores, brechas. Emerge aquilo que não estava previsto pelas novas formas de controle e gerenciamento do trabalho. Nas *zonas de pouso* dos entregadores emergem resíduos da vida cotidiana, distintos daquilo que se vive sob a égide do capital. A espacialidade dessas relações se dá na dialética desses lugares como espaços do capital-trabalho, mas, também, de socialização e de ainda pulsantes encontros. Acontece que, nos breves momentos entre uma entrega e outra, forjam-se, em confluências e convivências, *microcentralidades* que são condição e produto do encontro dos trabalhadores e trabalhadoras.

Entendemos que são nos espaços-tempo das *zonas de pouso*, como brechas e contratempos dos momentos produtivos, que pode vir a emergir tudo aquilo que é residual e irreduzível: o corpo, os desejos, a palavra, um espaço-tempo outros. São nesses breves e raros momentos de espera, de pausa, de descanso que pode ocorrer o encontro imprevisto, as trocas informais, a confluência direta de vivências semelhantes e diversas e todos os elementos que podem vir a se realizar como catalisadores da socialização de uma categoria que surge fragmentada, dispersa e forçada à extrema competitividade. Dispersos-concentrados pela

cidade em constante competição uns com os outros, os trabalhadores e trabalhadoras buscam o aumento de sua produtividade constantemente, de forma que, então, podem se impor barreiras e obstáculos para a construção de uma consciência e organização coletiva pautada na solidariedade e sedimentada nas relações de laços fortes e de longo prazo.

Mas, para Lefebvre (2006), “uma textura do espaço não propicia tão-somente lugar a atos sociais sem lugar e sem laço com ela, mas a uma prática espacial determinada por ela: a um uso coletivo e individual” (p. 91). Neste sentido, as vivências e experiências dos entregadores são forjadas pelo encontro com os outros.

Em uma conversa realizada com alguns entregadores que frequentam a *zona de pouso* conhecida como as docas do Eldorado, tivemos a oportunidade de compreender estes espaços comuns como parte fundamental de uma demanda dos entregadores para uma vida cotidiana mais digna. Um dos rapazes com quem conversamos tinha 21 anos e trabalhava há um ano como entregador. Com alguma revolta, afirmava que os entregadores são “front, linha de frente” dos trabalhos precarizados. Pedro⁹ nos contava um pouco da sua experiência como entregador, relatando a falta de pontos de apoio que, para ele, deveriam ser fornecidos pelo iFood. Mesmo assim, afirmou contundentemente que, se não há, eles mesmos criam seus próprios pontos de apoio. Em uma ida a campo ao local, os entregadores cortavam caixas de papelão para usar de assento, bem como se utilizavam de uma bandeira encontrada na rua para “afofar” as caixas.

Conforme desenvolvia a narrativa a respeito de suas vivências, Pedro relatou uma situação em que a amizade constituída entre os entregadores permitiu a defesa coletiva de um colega. Contou que, um dia, seu colega fez uma manobra arriscada na bicicleta (como chamam de *dar grau*) e, sem a intenção, quase bateu em um carro que passava na rotatória. Sozinho, teve que lidar com o motorista do carro e um outro homem que o ameaçava. Depois de muitos pedidos de desculpas seguidos de constantes ameaças e xingamentos (Pedro enfatiza muitas vezes essa questão, justamente por entender que existem regras que operam para além da vivência lúdica na rua), os donos do carro ficaram rondando o rapaz, que logo acionou um grupo de entregadores com quem mantinha amizade, solicitando ajuda para lidar com a situação. Conforme Pedro afirma, “é que nem vespa; cutuca um, cutuca geral”. Os entregadores, incluindo Pedro, rapidamente se organizaram para localizar o carro e foram tirar satisfação com dois homens que, para eles, reagiram desproporcionalmente com seu companheiro. Apesar da ambiguidade da situação e as contradições que podemos apreender dela, o relato de Pedro mostra que, ainda que sob um regime de intensa dispersão e competitividade dos entregadores

⁹ Para garantir a privacidade dos interlocutores, todos os nomes apresentados são fictícios.

, os laços estabelecidos são fortes o suficiente para que, em uma situação de necessidade, todos se mobilizem para ajudar um amigo. Também relataram muitas situações envolvendo a Polícia Militar que, como veremos no capítulo 8, dificulta continuamente a vida e o trabalho dos entregadores. Pedro relatou que, em seu grupo de colegas, sempre que os entregadores ficam sabendo de “enquadros” sofridos por um deles, mobilizam-se para assegurar o apoio de cada um, seja checando o entregador após o desenrolar da situação, seja comunicando-se para evitar o encontro com policiais a partir de mensagens. No mais, muitos entregadores ressaltaram a mobilização de apoio quando um companheiro sofre um acidente, realizando vaquinhas online e divulgando as necessidades do entregador, visto que as *empresas-aplicativo* costumam não dar suporte algum.

Figura 2: Foto da *zona de pouso* dos entregadores nas docas do shopping Eldorado.



Foto: Lívia Maschio Fioravanti, 2024.

Além disso, tanto naquela *zona de pouso* como em outras, pudemos observar, com alguma frequência, rapazes que chegavam com as suas bicicletas quebradas solicitando ajuda aos seus companheiros de trabalho. Esta dinâmica pode ser observada tanto para os entregadores que já frequentam determinada *zona de pouso* como para aqueles que passavam por ali e, de sorte, encontraram na solidariedade a resolução de seus problemas. Em uma situação de campo, um entregador chegou com a sua bicicleta quebrada e, logo de cara, um dos

entregadores mais experientes com quem tivemos a oportunidade de conversar se prontificou a ajudá-lo (Figura 3). Um outro rapaz que estava ali apontou para eles e afirmou que a bike permite que eles criem amizade, ajudando uns aos outros.

Figura 3: Foto do conserto de bicicletas nas docas do shopping Eldorado.



Foto: Catarina Simonetti de Mattos, 2024.

As situações relatadas a partir do trabalho de campo remetem a um aspecto da vida do trabalhador informal abordado por Vera Telles (2013) ao discutir a crescente importância da instituição familiar na medida em que a proteção do Estado para a classe trabalhadora minguava. Segundo a autora,

(...) nos termos desse contrato social excludente, que, a rigor, não se constitui plenamente, a sobrevivência cotidiana depende inteiramente dos recursos materiais, das energias morais e das solidariedades que cada um é capaz de mobilizar e que se organizam em torno de princípios inteiramente projetados da vida privada, com suas lealdades e fidelidades pessoais, com seus vínculos afetivos e sua teia multifacetada de identificações e sociabilidade (TELLES, 2013, p. 107).

Ou seja, na medida em que a precarização do trabalho exerce a sua força na vida desses trabalhadores e trabalhadoras, parece ganhar importância inquestionável outras formas de garantir a sobrevivência que não aquelas antes garantidas e asseguradas pelo Estado e, no limite, pelas próprias empresas contratantes. Os entregadores passam a depender, por exemplo, da permissão dos vendedores Oxxo para, se possível, esquentarem suas marmitas; função essa que deveria ser garantida, justamente, pelo empregador destes trabalhadores e trabalhadoras. A

sobrevivência cotidiana, portanto, parece orbitar um tanto em torno disso que Telles (2013) chama de “energias morais e solidariedades”.

Mesmo que aparentem ser apenas pequenos detalhes, essas solidariedades nos parecem extremamente relevantes no dia-a-dia desses entregadores . Isso, pois entendemos que, na medida em que todo o espaço da cidade se torna espaço de trabalho, cria-se uma lacuna para a existência de outras formas de existir que não aquelas ligadas intrínsecas ao espaço-tempo produtivo de trabalho. Isto é, as solidariedades e os encontros parecem florescer, em especial, nos contratempos do trabalho; nos momentos improdutivos para o capital; nos momentos em que há tempo para olhar o outro e vê-lo em si mesmo e, a si mesmo, no outro. Mas, também, em função da identificação ligada, esta sim, ao plano do trabalho; ou seja, na identificação que emerge das próprias condições de trabalho. Dessa forma, entendemos que as *zonas de pouso* cumprem com alguma função em construir pontes entre os entregadores que, sem estes espaços, dificilmente poderiam existir.

Para ilustrar outra situação de solidariedade entre os entregadores , trazemos um relato de campo realizado em frente ao Oxxo da Avenida Cidade Jardim (Figura 4), em que presenciamos uma situação que se mostrou como significativa expressão da possibilidade de identificação e construção de laços entre os entregadores nestes espaços de espera.

Figura 4: Foto de entregadores reunidos em frente ao Oxxo da Avenida Cidade Jardim.



Foto: Catarina Simonetti de Mattos, 2023.

Em um dia bastante quente, alguns entregadores se aglomeravam na esquina, divertindo-se com suas motos e bicicletas. À sombra, riam e pareciam conversar de forma descontraída, sem o evidente peso de carregar bags o dia todo sob o Sol escaldante de março. Em certo momento, um par de entregadores (evidentemente mais velhos que aqueles sentados na esquina) entraram no Oxxo e deixaram suas bags entre a bicicleta de um terceiro, que havia entrado no estabelecimento já fazia um tempo. Poucos segundos depois, o dono da bike saiu de dentro da loja, indo em direção ao seu instrumento de trabalho. Cumprimentou os outros dois e pediu desculpas por sua bike estar entre suas bags. Não pareciam se conhecer. Este que havia saído da loja segurava sua marmita, provavelmente esquentada no micro-ondas do Oxxo; o cheiro denunciava. Os três observavam os rapazes que continuavam a rir do outro lado da rua enquanto conversavam. Em certo momento, o dono da marmita disse, vagarosamente: “Não queria atrapalhar ninguém”. Os dois mais velhos, claramente já experientes naquele jogo, responderam com alguma ternura: “Que isso menó. Não vai atrapalhar ninguém, não. Cola lá”. Comentaram alguma outra coisa, se cumprimentaram mais uma vez e os dois entregadores mais velhos se foram. O terceiro, então, timidamente atravessou a rua em direção à reunião de entregadores. Cumprimentou os meninos de forma que parecia uma espécie de anúncio da sua chegada e, ao mesmo tempo, um pedido de licença. A rua é pública, a esquina também. Mas, naquele momento, parecia ter se criado uma dinâmica e um uso distintos do espaço: um espaço-tempo que pertencia àqueles entregadores. Talvez, naquele momento, mais a eles do que a qualquer outra pessoa. Os rapazes sorriram de volta e cumprimentaram o entregador que se aproximava; parecia uma forma de dizer que ele era bem-vindo ali e que, afinal, aquele espaço-tempo também pertencia a ele.

O entregador, então, se sentou, um pouco distante dos outros, mas perto o suficiente para fazer parte daquela *microcentralidade* que se forjava e ali pulsava. Perto o suficiente para, enquanto comia e apesar de usar fone em um dos ouvidos, dar uma risada ou outra das graças que os outros contavam. A cena durou um pouco mais de 15 minutos, até o momento em que o entregador que comia terminou, se levantou, acenou para os outros e se foi pela avenida barulhenta que, em momento algum parou e, em momento algum, parecia ter tirado a atenção que os rapazes tinham entre si. A risada daqueles rapazes ressoava pela avenida e tomava de supetão os sons e barulhos contínuos da cidade, atravessados por centenas de ônibus, carros e motos que a todo momento passavam.

Nas *zonas de pouso*, configurações espaciais que permitem a reunião, parece restar, latente, um significativo potencial de restituição das relações interpessoais que são fundamentais para a criação de uma nova subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras de

aplicativo - uma intersubjetividade, tensionada constantemente por uma tendência e dinâmica de individualização das rotinas e de competição entre si - que se forja a partir dessa subordinação que se mostra, em algum sentido, vacilante.

No e pelo urbano, o tempo se livra dos ciclos naturais, mas não obedece aos recortes lineares da duração racionalizada. É o tempo do imprevisto: não um tempo sem lugar, mas um tempo que domina o lugar, no qual aparece e transparece. Sendo lugar e tempo do desejo, aquém e além das necessidades, porque ela tem este sentido, a vida urbana implica a realização de múltiplas funções, mas é transformativa (LEFEBVRE, 1991, p. 201).

É, neste sentido, que Lefebvre (1991) nos indica que “a exploração de situações cotidianas supõe uma capacidade de intervenção, uma possibilidade de mudança (de reorganização no cotidiano), que não são do domínio de uma instituição racionalizadora ou planificadora” (LEFEBVRE, 1991, p. 199). É justamente porque podem proporcionar o encontro que, em nossa compreensão, essas espacialidades emergem como elemento central para a socialização da categoria. Isso porque esses espaços parecem conferir aos trabalhadores e trabalhadoras a possibilidade de disputar, em algum sentido, a apropriação momentânea de seus próprios corpos, do espaço-tempo, da palavra e dos desejos. E, assim, a possibilidade de encontrarem uns aos outros nas suas múltiplas dimensões. É o cotidiano o lugar em que se formulam os problemas concretos (CARLOS, 2019) e, dessa forma, sendo também espaço-tempo que escapa ao reino da mercadoria e ao domínio da troca, nas brechas da vida cotidiana se entrecruzam histórias e trajetórias que permitem a formação de vínculos e laços como forma de socialização dos trabalhadores e trabalhadoras.

É aí, nessas dobraduras da vida social, que toda a complicação urbana dos tempos que correm pode ser flagrada; é aí que acontecem as exclusões, as fraturas, os bloqueios, e também as capturas na hoje extensa e multicentrada malha de ilegalismos que perpassam a cidade inteira e que operam, também elas, como outras tantas formas de junção e conjugação da trama social (TELLES, 2010, p. 87).

Reafirmamos que não nos parece, no entanto, ser dado que os espaços, mesmo que permitam a reunião, produzam, invariavelmente, laços fortes e socialização entre os trabalhadores e trabalhadoras. Tampouco nos parece que eles necessariamente se realizam (ou virão a se realizar) enquanto espaços de política em seu sentido tradicional, ágoras nas quais os entregadores discutem a respeito de ações políticas e a transformação radical da vida - ainda que sejam políticos por natureza e também proporcionem tal possibilidade. Elas são, nos parece, espaços-tempo que se apresentam como a possibilidade de tudo aquilo o que a vida poderia ser. Ao escaparem ao domínio do mundo da mercadoria, esses instantes são vivenciados como

“microfraturas” no tempo inexorável e linear do relógio capitalista, em que ganham vida e forma os desejos, as trocas e os afetos. Eles, sim, nos lembram de que o caminho pode ser outro e de que há mais para a vida do que o mundo como ele a nós chegou.

Não se trata de ser ingênuo: trata-se de alimentar e disputar estas práticas que se voltam para as possibilidades do encontro e, no limite, que permitam o redirecionamento no sentido da apropriação e construção de um espaço-tempo outro. Trata-se de lutar, justamente, para que as condições materiais permitam que a condição de brecha venha a se expandir, posto que, afinal de contas, há de se romper esse tecido que se pressupõe homogêneo do mundo da mercadoria. Para Lefebvre (2006), o espaço é meio de produção, de controle, de dominação e de poder, mas ele escapa, parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem e, por isso, essas brechas, antes de mais nada, são um lembrete; porque são delas que, enfim, parece surgir a possibilidade de continuar pensando o amanhã, tão urgente como nunca.

7.3. O Breque dos Apps e um balanço geral

(...) é necessário afirmar que é a amizade que vem primeiro para construir o campo político comunista, e não a presença do inimigo, o qual, ao contrário, é só uma inevitável consequência. É a amizade que cria o espaço da organização revolucionária e é ainda a amizade que permite correr alegremente aquele risco de destruição que é congênito a qualquer empresa revolucionária. E com a amizade vem o justo sentimento do jogo, da festa, do amor e também da violência, ou seja, da própria vida.

Marcelo Tarì (2013)

A partir das investigações realizadas tanto em campo, quanto no âmbito teórico, especialmente no que diz respeito ao cotidiano como categoria de análise e dimensão concreta da vida dos entregadores, cabe, enfim, uma ressalva sobre as greves dos entregadores de aplicativo que aconteceram nos últimos três anos. Partimos da concepção de que o espaço comum é fundamental para a organização política, na medida em que, como abordado no capítulo 4, ela será fruto do encontro e da construção de interesses e ações comuns à classe também inscritos no espaço-tempo. Se é no cotidiano que emergem as dimensões sensíveis da vida, do corpo e dos desejos, e é no espaço-tempo comum que damos de encontro com os outros, com seus corpos e desejos, é, então, neste espaço-tempo que, enfim, surge a possibilidade das construções coletivas.

Muitos eventos de mobilização dos entregadores ocorreram entre os anos de 2020 e 2024, tendo a maior e mais significativa ocorrido no contexto da pandemia durante o mês de julho de 2020. Popularmente conhecidas como “Breque dos Apps”, as greves dos entregadores foram marcadas por uma forte adesão que tomou de supetão as *empresas-aplicativo*. A mobilização pode se fortalecer a partir dos vínculos e contatos estabelecidos no dia-a-dia de trabalho dos entregadores, mas ganhou dimensão nacional por meio da intensa divulgação da luta nos meios de comunicação e, em especial, a partir da atuação da página “Treta no Trampo”¹⁰.

Conforme as postagens do “Treta no Trampo”, uma das primeiras paralisações dos entregadores aconteceu no dia 20 de abril de 2020, limitando-se, contudo, à cidade de São Paulo. A partir daí, novas mobilizações vieram a acontecer nos meses seguintes, buscando a construção de uma greve nacional dos entregadores - instrumento histórico de luta da classe trabalhadora. No dia 05 de junho de 2020, os entregadores utilizaram-se de manifestações nos espaços públicos centrais - além das *zonas de pouso* - para divulgar o chamado de uma greve nacional no mês de julho. Durante o mês, diversas panfletagens ocorreram, além da circulação de vídeos, imagens e outros chamados para a unificação no dia 1º de julho. Em conjunto com o uso intenso das redes sociais, as estratégias de luta dos entregadores eram o bloqueio das principais saídas de pedidos e a divulgação do movimento nas *zonas de pouso* para os próprios entregadores. Além da contínua divulgação da luta, os entregadores orientavam aos apoiadores para que não solicitassem pedidos no dia do Breque e que avaliassem negativamente os aplicativos como forma de boicote.

As primeiras reivindicações dos entregadores vinculavam-se, em especial, ao contexto da pandemia. Dentre elas, os entregadores exigiam um aumento do valor repassado para eles pelas entregas, o fim dos desligamentos e bloqueios indevidos e injustificados, o fornecimento de equipamentos de proteção (EPIS e licença) e maior transparência dos aplicativos com relação às taxas. Ao longo do tempo, essas pautas foram se ampliando e se desenvolvendo conforme a transformação do próprio movimento. Às pautas iniciais, se somaram a demanda do fim do sistema de pontuação dos entregadores e de melhores valores na corrida e na taxa mínima por entrega.

¹⁰ “Treta no Trampo” refere-se a um meio midiático criado por um grupo de trabalhadores e trabalhadoras - incluindo alguns entregadores - com o intuito de denunciar situações de abuso de trabalho por meio das plataformas digitais do Facebook, WhatsApp e Instagram. O meio surgiu no contexto da pandemia e teve um papel fundamental na divulgação da luta dos entregadores, permitindo o contato entre entregadores de diferentes regiões do país, por meio de vídeos, imagens e publicações cujo intuito era de informar e de trazer mais gente para a luta.

Em uma conversa com Gerson¹¹, o entregador de 45 anos que trabalha há 20 anos como motoboy afirmou que os “Breques dos Apps” puderam ocorrer a partir dos contatos que se formam nos “bolsões”, como os chamou¹². Ele conta que por meio de contatos que vão adquirindo - em especial, no momento de espera de entregas -, os entregadores vão se informando a respeito das regiões e áreas da cidade com mais demandas e pedidos, além, é claro, dos próprios mapas fornecidos pelas *empresas-aplicativo* a respeito das zonas promocionais. Passando a se aglomerar nestas localidades, os entregadores começam a interagir uns com os outros, desenvolvendo relações de amizade e vínculos, fazendo com que acabem voltando àqueles espaços no dia-a-dia. Ao refletir a respeito de sua experiência nas *zonas de pouso*, Gerson conta que nunca foi mal recebido nos espaços que não tinha o costume de frequentar. Pelo contrário, sempre conseguia criar novas relações, estabelecer contatos e vínculos. Indicando a existência de certa fluidez nos espaços de espera, o motoboy expressou que é comum e recorrente que os entregadores vivenciem mais de uma *zona de pouso* e até mesmo acabem, porventura, mudando os locais que frequentam. Ele aponta que, ainda que se estabeleça uma certa frequência no uso e ocupação de determinados espaços pelos entregadores, novos trabalhadores e trabalhadoras estão sempre chegando e outros indo.

Além da importância destes espaços para a construção de amizades ao longo da jornada de trabalho, Gerson destaca que a vivência destes espaços de espera e de conversas proporcionam aos entregadores importantes momentos lúdicos no meio da correria e freneticidade no dia de trabalho, em que podem conversar sobre as mais diversas situações de suas vidas sem as obrigações e pressões do restante de relacionamentos que vivenciam no dia-a-dia. Isso permite com que, no fim, possam identificar-se também nas problemáticas de suas vidas cotidianas e, por isso, Gerson destaca a centralidade dos espaços comuns dos entregadores para a luta e organização política. Ainda que não seja algo invariável, a correlação entre a proximidade dos entregadores que se desenvolvem nas *zonas de pouso* e o fortalecimento da luta foi, durante o “Breque dos Apps”, muito clara para o motoboy. Ele afirma que as *zonas de pouso* costumam ser espaços em que os entregadores com maior atuação política se utilizam para aproximar outros trabalhadores e trabalhadoras da luta. Por mais que haja aqueles distantes, os “contras”, como afirma, Gerson destaca que aqueles mais envolvidos e engajados

¹¹ Para garantir a privacidade dos interlocutores, todos os nomes apresentados são fictícios.

¹² Por fins teóricos da pesquisa, utilizamos do conceito de “zonas de pouso” ao invés de “bolsão”, na medida em que o primeiro foi estabelecido por pesquisas anteriores e no meio acadêmico. Ainda assim, ressaltamos a importância do termo “bolsão”, especialmente no contexto da greve, utilizado pelos entregadores do movimento para se referir ao que na pesquisa chamamos de zonas de pouso - isto é, os espaços de concentração e socialização de entregadores pela cidade.

nas lutas estão sempre fortes e presentes, se utilizando do espaço enquanto um instrumento coletivo de luta, dando “ideia nos caras para ver se muda a cabeça”, conforme aponta o motoboy.

Neste mesmo sentido, o entregador Jorge¹³, motoboy há mais de 20 anos e profundamente envolvido com a luta dos entregadores, ressalta o aspecto contraditório e conflituoso que também permeia as relações entre os trabalhadores e trabalhadoras. Segundo o motoboy, há um alto grau de complexidade na tentativa de organizar e trazer para a luta grande parte dos entregadores, especialmente a parcela mais jovem que, segundo o entregador, parece se animar (e, de alguma forma, se contentar) com a possibilidade de aumento dos seus ganhos com a intensificação e ampliação da jornada de trabalho, situação que Jorge entende se agregar em função do contexto de aguda crise do desemprego e profunda precarização da vida. Além disso, o entregador destaca que a sensação de uma “falsa autonomia” e de controle do próprio trabalho faz, também, com que muitos entregadores defendam as suas posições em relação às *empresas-aplicativo*.

Apesar das dificuldades e barreiras que se impõem, Jorge foi um dos responsáveis, especialmente no ano de 2022, pela organização de uma série de cafés solidários para os trabalhadores e trabalhadoras (organizados na luta ou não) que, mais do que necessariamente trazê-los para a luta política organizada, permitem, para o entregador, um primeiro passo: o contato, a solidariedade e a construção de laços entre os mais diversos trabalhadores e trabalhadoras que tomam um pequeno tempo para participar. Os cafés solidários demonstram a necessidade da construção de espaços comuns e do encontro, porque são nesses espaços, os espaços comuns, que se torna possível a formação de vínculos informais. Os espaços em que se pode discutir a política em seu sentido mais mundano: a respeito da própria vida, de suas condições e de suas dimensões mais profundas - ou não; porque também são tecidos de encontros em que se pode conversar sobre o dia-a-dia e seus detalhes, sobre afetos e angústias, sobre o Fla-Flu do último domingo e a família, sobre os amores e as dores. Na fala do entregador, nos parece importar, antes de mais nada, a necessidade da reunião como possibilidade do encontro, como a solidariedade de oferecer um copo de café a quem se expõe ao sol e aos riscos das ruas todos os dias. A aproximação entre os entregadores e as relações que podem se estabelecer a partir dessas situações, sendo, enfim, estes espaços condição, meio e produto dessas relações.

¹³ Para garantir a privacidade dos interlocutores, todos os nomes apresentados são fictícios.

Os “Breques dos Apps” foram mobilizações que, como apontado anteriormente, foram marcadas por certa intensidade e efemeridade, mas que permitiram avanços da categoria para fazer frente aos ataques sofridos pelos entregadores . Foram fundadas organizações como a Aliança Nacional dos entregadores de Aplicativo (ANEA) e os entregadores Antifascistas. As mobilizações foram intensificadas pelo uso das redes sociais, permitindo uma comunicação mais rápida entre grupos de entregadores por todo o país, o que nos indica que, além dos espaços reais, os espaços virtuais também cumprem algum papel no que diz respeito à organização desses trabalhadores e trabalhadoras.

Neste sentido, vale ressaltar que a luta dos entregadores é, como toda organização política, repleta de contradições. Apesar dos frutos que as greves de 2020 e 2022, e todas as outras mobilizações nos últimos quatro anos trouxeram para a organização política da categoria, muitas divergências em torno das pautas e demandas demonstraram-se como entraves para os avanços e rumos tomados nos momentos de eclosão. Durante os trabalhos de campo, pudemos constatar visões e percepções muito distintas no que diz respeito à estrutura organizacional do movimento (especialmente no que tange a questão de adesão e vinculação ao formato sindical ou não, indicando uma tendência à negação desta forma de organização), o que possivelmente contribuiu para as divergências relativas às pautas da categoria. Pudemos perceber, por exemplo, que se, por um lado, alguns poucos entregadores defendem maior regulamentação das relações de trabalho para a categoria, por outro, muitos abraçam o discurso empreendedor e afirmam que a regulamentação seria pior para eles; para estes, a dimensão da flexibilidade se sobressai dentre outras possibilidades. Além disso, durante os períodos de greve houveram muitos entregadores que se opuseram ao movimento, além dos muitos que foram ameaçados pelos líderes de OLs (Operador Logístico) e, conseqüentemente, se afastaram da luta.

O que as greves dos entregadores indicam é que a luta da classe trabalhadora segue viva, entre avanços e retrocessos. Não há processo de transformação que se realize sem contradições e sem o par encontro-desencontro. A partir das conversas realizadas com os entregadores e dos materiais produzidos por eles durante os períodos de mobilizações, pudemos ressaltar a importância fundamental da existência das *zonas de pouso* tanto como condição inicial para a organização da luta política, quanto como espaços de construção contínua da luta. Não coube ao escopo da pesquisa, todavia, realizar uma análise detalhada das greves, senão como uma significativa ressalva a respeito da importância dos espaços comuns dos entregadores no âmbito da organização e mobilização política, acrescentando aos encontros cotidianos e à sociabilidade das *zonas de pouso* a dimensão da luta de classes e de defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.

Na rua se trabalha, na rua se luta; há, na vivência dos entregadores pela cidade e, em especial, nos momentos de mobilização coletiva em que se ocupa o espaço público para demandar a realização de uma vida outra, a emergência do corpo, da dimensão sensível da vida e do espaço como elementos centrais do que a vida há de ser. Busca-se, neste momentos efervescentes, a criação de ações que questionem a realidade urbana para que venha a emergir, dos acertos e tropeços, o desejo profundo de mudar a vida que se faz práxis, em um momento no qual o espaço ganha um conteúdo político distinto (em um sentido transformativo) e torna-se, ele próprio, instrumento de luta.

Capítulo 8 – Dos possíveis, novas e velhas contradições

8.1. Entre o encontro e o confronto: tensões nos distintos usos e sentidos do espaço

A partir das possibilidades que surgem no uso dos espaços comuns, nas *microcentralidades*, emergem, invariavelmente, novas contradições. Se impõe a necessidade de pensar a respeito das tensões que se desenvolvem nas *zonas de pouso*, compreendendo-as a partir da centralidade enquanto elemento dialético - como espaço do capital e espaço que a ele escapa.

Neste sentido, para compreender melhor as dinâmicas desses espaços e, portanto, das *zonas de pouso*, partiremos de uma discussão travada por Henri Lefebvre (2019) a respeito da dialética da rua. Por um lado, a rua se desdobra enquanto lugar e condição do encontro; ela permite que se liberem e se afluam aqueles antes “congelados numa ordem móvel e redundante” (LEFEBVRE, 2019, p. 34) e que sejam arrancados de seus lugares fixos. No mais, Lefebvre argumenta que, na rua, “um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca” (LEFEBVRE, 2019, p. 35). A rua, nesta dimensão, é o espaço em que conflui o movimento das cidades, lugar em que se entrecruzam e se imbricam caminhos múltiplos em sentidos distintos.

Ao mesmo tempo e, por outro lado, a qualidade desses encontros muitas vezes se restringe à superficialidade. Sob o tempo do capital, na rua, os caminhos deixam de se cruzar em um sentido que, para Lefebvre (2019), permita a constituição de um grupo, ou melhor, de um “sujeito”. Também neste sentido, a rua, sob a égide do capitalismo, torna-se, inevitavelmente, o lugar de exibição do mundo da mercadoria; as próprias pessoas diante do olhar uma da outra transformam-se em espetáculo. Resumidas a sua expressão última de passagem, tornam-se “consequência da constituição de um sistema de circulação que privilegia o transporte individual e reduz as formas de apropriação dos espaços públicos” (Carlos, 2017, p. 17). Por isso, o autor também aponta que, na rua, “mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo” (LEFEBVRE, 2019, p. 35).

É interessante ressaltar na dialética da rua o caráter privilegiado que ela ganha para a possibilidade e a concretização da repressão. Enquanto cidade de negócios, o espaço urbano é marcado pela forte e autoritária presença do Estado e da sua vigilância (CARLOS, 2017). Assim, destaca Lefebvre, “em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião da rua” (LEFEBVRE, 2016, p. 36). Dessa forma, pensar a rua e os espaços públicos exige uma reflexão dialética a respeito de suas condições, compreendendo que

a rua é, simultaneamente, espaço do encontro e do confronto; espaço do possível e da repressão; e, com essa perspectiva, pudemos compreender e perceber, ainda mais profundamente, a experiência e as vivências descobertas em campo que serão discutidas adiante.

Dessa forma, compreendendo que o processo de produção do espaço no capitalismo demanda o entendimento do espaço enquanto produto social que contém as relações de produção e as relações de reprodução em uma articulação inseparável (ALVES, 2019), nos propomos a analisar as distintas expressões de centralidade até aqui trabalhadas a partir da tríade do espaço concebido-vivido-percebido desenvolvida por Lefebvre (2006). Entendemos haver uma tensão entre os diferentes usos e sentidos que se estabelecem no espaço urbano e, neste sentido, cabe a análise a respeito das dimensões do espaço que se articulam nesta tríade.

Segundo Lefebvre, o espaço concebido ou a representação do espaço, é a dimensão espacial que está vinculada às relações de produção, ao conhecimento, ao planejamento e à ordem instituída imposta pelas relações de produção. Isto é, o espaço concebido é o espaço dominante, planejado e instituído, que, para Alves (2019),

normatiza o que os cidadãos podem ou não fazer, que é apresentado como neutro, como se não tivesse sido planejado para garantir a realização de reprodução que exige, no capitalismo, não só a manutenção da desigualdade socioespacial, como, em geral, de seu aprofundamento e, ao mesmo tempo, busca o controle social (n.p).

Neste sentido, podemos entender as centralidades do capital-trabalho, conforme discutido anteriormente, como uma expressão da dimensão do espaço concebido, na medida em que estes espaços são construídos a partir de um planejamento cuja estratégia principal é a de garantir a reprodução do capital e de controle da sociedade (ALVES, 2019); vide, assim, o eixo Faria Lima-Berrini. No limite, estes espaços implicam em uma tentativa de identificar as dimensões do vivido e do percebido ao concebido (que serão discutidas adiante), no sentido de que é o espaço dominante numa sociedade e em um modo de produção. O espaço concebido, portanto, invade/instaura/povoa o cotidiano, a vida e os corpos, constituindo-se um espaço abstrato que se pretende a-histórico (LEFEBVRE, 2006). Isto é, um espaço que não pertence ao povo e a cada indivíduo pertencente a esse povo. Quando os entregadores lidam com todos aqueles elementos que produzem e reproduzem constantemente o não pertencimento, estamos falando de espaço dominante, de espaços construídos pelo e para o capital.

Ainda que para Lefebvre (2006) o capitalismo tenha produzido um espaço abstrato que contém o mundo da mercadoria, sua lógica e suas estratégias à escala mundial, as outras

dimensões da tríade se fazem indissociáveis ao espaço concebido e tensionam os modos de existir e usos do espaço.

O espaço vivido, ou espaço de representação, é aquele dos habitantes, dos usuários; um espaço dominado, suportado, do qual a imaginação tenta modificar e apropriar (Lefebvre, 2006), ligando-se diretamente com o cotidiano das pessoas. Isto é, é no vivido que se abrem margens para tudo aquilo que escapa ao mundo da mercadoria e ao seu domínio que se pretende homogêneo. A dimensão do vivido contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas e que implicam imediatamente o tempo, não sendo produtivos (LEFEBVRE, 2006). Na vida cotidiana, portanto, aquilo que é resíduo surge como elemento do espaço do vivido, tangendo o clandestino e o subterrâneo da vida social, em que se cria a possibilidade de subversão da lógica do concebido e revelando a potência da ação social (ALVES, 2019).

Nos contratempos e nas brechas das *zonas de pouso*, os entregadores vivenciam o espaço de maneiras múltiplas que, no limite, não se vinculam ao espaço como ele foi concebido; não o utilizam, necessariamente, com o fim para o qual foi planejado. O uso emerge na medida em que há a possibilidade de sobrepor-se à troca. As academias de rua, as calçadas, as esquinas tornam-se espaços cujo uso extrapola aquilo que o capital tenta impor. Tornam-se espaços de convivência, de sociabilidade, de encontro. São espaços que, segundo Alves (2019), fazem com que o novo apareça como potencialidade que emerge da vida, dado pela necessidade de sobrevivência, do manter-se vivo.

Por fim, o espaço percebido emerge na terceira ponta da tríade como espaço relativo à prática social, expressando a relação entre a realidade cotidiana e a realidade urbana, e articulando o embate entre as dimensões do vivido e do concebido (ALVES, 2019). Refere-se à dimensão do corpo no espaço, atravessado pelas codificações e padronizações exigidas pelo concebido, mas, simultaneamente, dá potência às ações de subversão. Conforme Lefebvre (2006), o percebido emerge “uma vez que a relação com o espaço de um ‘sujeito’, membro de um grupo ou de uma sociedade, implica sua relação com seu próprio corpo, e reciprocamente” (LEFEBVRE, 2006, p. 68).

Sendo assim, as *zonas de pouso* dos entregadores constituem-se enquanto espaços de encontros entre vividos que continuamente tensionam com o concebido, permitindo emergir a dimensão do percebido, em que a potência é colocada, ainda que não haja transformação efetiva (Lefebvre, 2006). Nos encontros dos entregadores, produzem-se também tensões e conflitos - aspecto que veremos na próxima sessão. É disso que se tratam, enfim, as contradições que se desenrolam no tecido urbano, produzindo tensionamentos e encontros entre as múltiplas relações que compõem o espaço social.

O que parece estar em jogo quando se trata das *zonas de pouso* dos entregadores de aplicativo é, enfim, o tensionamento entre distintas formas de existir no espaço, entre o uso e a troca, entre o concebido, o vivido e o percebido. No limite, nos parece se tratar da expressão de duas contradições centrais à análise do espaço: a contradição entre a produção social e a apropriação privada do espaço; e a contradição entre a produção do espaço como reprodução da vida e como reprodução do capital.

8.2. *Entre o encontro e o confronto: o capital arreganha os dentes e mostra suas garras*

A generalização da produção do espaço como mercadoria produz um desenrolar cotidiano e das múltiplas dimensões da vida que não mais aquelas restritas à produção industrial. Como apontado anteriormente, a produção do espaço, em si, torna-se, ela própria, fundamento e condição dos processos de acumulação. Dessa forma, tendo o próprio espaço e sua (re)produção tornados mercadorias, aprofunda-se e radicaliza-se a dificuldade da apropriação do espaço segundo o seu valor de uso; nesse processo, o capital encontra meios constantes e contínuos de destruir as possibilidades do encontro. Por sua vez, o encontro passa a se realizar, no espaço urbano, também como confronto.

A instabilidade, inerente aos processos de flexibilização que culminaram nas condições precárias de trabalho hoje, se faz, também, territorialmente. Aqueles espaços “formais” - isto é, pertencentes ao iFood e fornecidos antes aos trabalhadores e trabalhadoras - estão sumindo; seja porque estão sendo progressivamente ocupados por novas verticalizações, seja por instabilidades jurídicas referente aos locais em que eles se estabeleciam. Há, portanto, uma dimensão do uso do espaço urbano pelos entregadores e pelas empresas que é marcada, fundamentalmente, pela instabilidade, pela alta e constante reconfiguração da espacialidade e por um aprofundamento ainda maior da precarização, já que aqueles poucos espaços comuns e de descanso que restavam, já não são mais uma garantia.

Durante as conversas, muitos entregadores levantaram a questão de que os pontos de apoio fornecidos pelas *empresas-aplicativo* (nesse caso, especificamente pelo iFood) eram extremamente voláteis. Aqueles que já estavam a mais tempo na rua relataram que muitos estabelecimentos que antes existiam como ponto de apoio, foram sumindo ao longo do tempo. Retomando a figura B1 (ANEXO B), mapa de Fioravanti (2023) apresentado no capítulo 5, podemos observar que, das oito bases de apoio mapeadas, três haviam sido desativadas no ano de 2022. Atualmente, muitos entregadores afirmam não saber mais como estão as bases de apoio, porque ainda que elas existissem, eram extremamente precárias e incapazes de suprir a demanda da massa de entregadores em seu dia-a-dia.

Assim, quando pensamos os espaços comuns dos entregadores de aplicativo que se forjam - penosamente, diga-se de passagem - nos lugares da cidade em que eles se concentram, podemos perceber, concomitantemente aos processos que, em alguma dimensão, escapam ao reino da mercadoria, uma tentativa constante e contínua de dissolução dos frágeis ancoradouros espaciais dos trabalhadores e trabalhadoras que permitem a continuidade de alguma forma de sociabilidade. Por estas vias, a sociabilidade vai se evadindo e expressa-se a consequência direta de fragilização da dimensão coletiva do trabalho ainda mais profundamente.

Em um campo realizado com outros pesquisadores do grupo Zonas Cinzentas¹⁴, pudemos nos aprofundar nas conversas com diversos entregadores a respeito das condições das *zonas de pouso* e, dentre eles, um grupo significativamente grande de jovens entregadores. Felipe (que, dentre os rapazes, tinha mais tempo de trabalho como entregador) afirmou que viu, progressivamente, as bases do iFood desaparecerem e a necessidade de buscar apoio e pouso em outros lugares crescendo. Apontou para uma poça no meio-fio e disse: “A gente não tem espaço pra nada. Pra comer, pra higiene pessoal, pra descansar”. Porque era o auge da dengue no Brasil, o entregador poderia estar se referindo ao acúmulo de água parada, mas, quando perguntado se era isso, negou e afirmou que a poça era urina dos entregadores.

Apesar da potência socializadora que parece emergir nas *zonas de pouso* enquanto espaços comuns dos entregadores, as condições sob as quais as dinâmicas destas relações sócio-espaciais se estabelecem é extremamente precária. Não há nada de digno na ausência de apoio aos entregadores (e de pontos de apoio dignos, de qualidade e que abranjam a todos) por parte das *empresas-aplicativo*. Os espaços comuns surgem também como estratégias dos entregadores vinculadas ao território, na medida em que passam a reconhecer onde aguardar mais pedidos e quais táticas escolher em relação aos próprios deslocamentos, sendo diretamente influenciadas pela centralização e pelo gerenciamento das empresas sobre a cidade (Rizek et al, 2024). A partir disso, pudemos entender que os espaços de socialização também se conformam por uma necessidade antes de outra coisa; enquanto uma estratégia de sobrevivência e de viabilização do próprio trabalho no dia-a-dia.

Neste sentido, compreendemos que a vida nunca acontece sem a presença de conflitos e confrontos com o espaço-tempo do capital. Ainda que existam singularidades que venham a se realizar enquanto espaços de socialização e se mostrem (re)existentes pela paisagem da

¹⁴ Grupo de pesquisa “Zonas cinzentas e território: transformações do trabalho e das condições de vida urbana dos trabalhadores e trabalhadoras de plataforma: contrapontos e aproximações”. Projeto de pesquisa submetido à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, atendendo ao Edital de Apoio a Projetos Integrados de Pesquisa em Áreas Estratégicas (PIPAE), coordenado pela Cibele Rizek e vice-coordenador César Simoni Santos.

cidade, estes espaços são marcados, também, pela precariedade, pela repressão, pela violência e pelo controle do aparato armado do Estado para que se dilua aquilo que resta de possibilidade do encontro.

As *zonas de pouso*, portanto, são continuamente atravessadas e modificadas pelas múltiplas dinâmicas que compõem as tramas urbanas. A presença da polícia militar pela cidade não é novidade para ninguém. Tanto nas periferias, quanto nas áreas centrais, a presença do aparato de violência do Estado se faz marcante na proteção da propriedade privada e no controle da ordem social do capital. Em diferentes idas a campo, tivemos diversos relatos de entregadores de abordagens policiais truculentas e sem contexto, o que dificulta muito a vida dos trabalhadores e trabalhadoras na medida em que o tempo de entrega é um elemento fundamental do condicionamento do trabalho.

Em momentos de observação nos trabalhos de campo, também pudemos constatar inúmeras vezes a presença da polícia militar como agente regulador dos espaços públicos da centralidade.

Figura 5: Pelotão da polícia militar no Largo da Batata.



Foto: Catarina Simonetti de Mattos, 2024.

A grande maioria dos trabalhos de campo foram realizados do início da tarde até o final, e, uma das principais razões, era a necessidade de observar a mudança de movimentação dos entregadores. Das muitas idas ao Largo da Batata, observamos que, sempre por volta das 14h00, um pelotão da polícia militar se reúne na praça, ao lado do metrô, para, logo em seguida, se dispersar em duplas pelos entornos da Faria Lima (Figura 5). Este elemento se mostrou

profundamente disruptivo no que diz respeito às dinâmicas estabelecidas pelos entregadores que se utilizam daquele espaço como *zona de pouso*. Sem exceção, todas as vezes que o pelotão começava a se formar, os entregadores que se sentavam às mesas realizando qualquer atividade (almoçando, conversando, descansando) se deslocavam para algum outro ponto mais longe ou iam embora.

Figura 6: Entregador sendo enquadrado na Avenida Faria Lima.



Foto: Catarina Simonetti de Mattos, 2024.

Além do que foi relatado pelos próprios entregadores, durante as muitas passagens pela Faria Lima no decorrer da pesquisa, pudemos observar um alto número de “enquadros” de entregadores (Figura 6). Quando perguntamos para alguns entregadores qual era a justificativa para a frequência de abordagens naquela região, muitos disseram que era pelo preconceito e pelo estigma de que todo entregador é ladrão ou *aviãozinho* (termo pelo qual se referem àquela pessoa responsável pela entrega de drogas no processo do tráfico). Muitos também relataram a truculência com a qual a polícia militar aborda os entregadores, sendo responsáveis, inúmeras

vezes, pelo atraso das entregas e do processo de trabalho, na medida em que os “enquadros” podem acontecer tanto durante uma entrega, quanto nas próprias *zonas de pouso*.

O que a presença constante da polícia militar na vida dos entregadores de aplicativo nos indica é que a opressão do Estado para-com a classe trabalhadora se estende por todo o tecido urbano, seja nas periferias, seja nas centralidades. Há tempos está em curso um contínuo processo de criminalização e “letalização” da pobreza e dos corpos, implicando em uma força de repressão que tensiona com os usos e sentidos construídos no espaço urbano por parte daqueles que dele se utilizam, buscando manter uma ordem que, no limite, diz respeito ao espaço concebido, aquele que normatiza o que os cidadãos podem fazer ou não. Dessa maneira, entendemos que, tanto as *zonas de pouso*, quanto os espaços comuns de maneira geral, há expressão de conflito e de disputa das relações sociais que se inscrevem no espaço, sendo, por isso, também produto de desencontros e tensão.

8.3. *Entre o encontro e o confronto: destruir a dignidade*

Historicamente, as condições de trabalho da população negra, jovem e periférica sempre esteve profundamente atrelada a condições precárias e, com as novas formas que assume o trabalho, de intensa instabilidade. O que nos parece central compreender a respeito das mudanças no mundo do trabalho nos últimos anos é o modo como estas formas de trabalho parecem se estender para os mais diversos ramos e categorias e, de alguma forma, se generalizar no que diz respeito ao universo do trabalho. Neste sentido, a caracterização desta nova modalidade de trabalho nos leva a compreendê-la como a ponta de um iceberg de processos profundos em curso de precarização da vida.

As novas morfologias do trabalho e os avanços tecnológicos - aspecto que invade a vida em todas as suas dimensões - produzem um novo modo de alienação e de gerenciamento do trabalho, de forma que os processos produtivos ficam cada vez mais incógnitos e incompreensíveis. Assim, as regras que regem o mundo da economia, da política e do trabalho, tornam-se, também, cada vez mais dificilmente apreensíveis. A instabilidade torna-se a regra e a constante nos trabalhos de aplicativo, na medida em que muito pouco se entende da forma como operam e, menos ainda, se os ganhos ao final do dia serão suficientes para garantir a subsistência dos trabalhadores e trabalhadoras. Os efeitos, consequências e danos psicológicos e sociais da instabilidade nesses trabalhadores e trabalhadoras podem ainda não ser tão evidentes, mas se demonstram sem precedentes.

Segundo Richard Sennett (1999), a incompreensão do sentido do processo de produção e a crescente alienação frente ao trabalho, profundamente vinculados aos avanços tecnológicos

e à instabilidade das novas relações de trabalho, produzem uma espécie de deriva emocional nos trabalhadores e trabalhadoras. De certa forma, a atividade realizada no trabalho parece ficar cada vez mais clara, mas as regras pelas quais ele opera, em contraposição, são cada vez mais obscuras. Isso, para o autor, resulta em um aumento da dificuldade de ler o mundo à volta e, conseqüentemente, à perda de sentido da vida. Além disso, a profunda instabilidade parece intensificar a incapacidade de estabelecer vínculos fortes e de longo prazo, corroendo a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo que, para Sennett (1999), como experiências profundas e informais, “levam tempo para surgir, enraizando-se devagar nas fendas e brechas das instituições” (p. 24). Por isso, ainda para o autor, a questão central revolve-se na necessidade de compreender como organizamos as histórias de nossas vidas agora, num capitalismo que nos deixa à deriva quanto ao sentido da própria vida.

A contínua tentativa de dissolução daquilo que resta de comum (os encontros no espaço-tempo) se estrutura também a partir de outros processos vinculados ao aprofundamento da precarização da vida de maneira geral. Enquanto expressão das transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas, as entregas por aplicativo parecem indicar os rumos das novas formas de controle e exploração do trabalho. Neste sentido, a análise das condições de trabalho dos entregadores permite identificar um movimento de contínua intensificação da desvalorização e descartabilidade da vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Se até então o exército industrial de reserva (MARX, 2017) cumpria a principal função de achatamento dos salários, nos parece que, neste novo momento do capital, chegou-se ao ponto de reunir-se uma multidão de trabalhadores e trabalhadoras, atravessada por violências múltiplas diárias, disponível, constantemente, para a vida e para a morte. Considerando que um dos pilares estruturantes dos trabalhos de aplicativo é a existência de uma multidão de trabalhadores e trabalhadoras permanentemente disponíveis ao trabalho - para a vida e para a morte - temos, então, que estes entregadores são, da mesma forma, permanentemente substituíveis. Esta análise nos indica que as periferias, integradas perversamente aos processos de acumulação, existem, para o capital, enquanto uma espécie de provedouro permanente de trabalhadores e trabalhadoras. Há um fluxo de substituição de quem já morreu de maneira ininterrupta, fria e profundamente cruel. A respeito da descartabilidade e criminalização dos corpos, cabe a importante ressalva de que se ocupam das entregas por aplicativo, em sua grande maioria, homens negros e periféricos, o que implica numa incidência direta do racismo estrutural indissociável da condição de classe na vivência cotidiana do trabalho de entregas por aplicativos.

Um estudo realizado pelas pesquisadoras da Universidade de Campinas, Abílio e Santiago (2024), montou um dossiê de violações dos direitos humanos no trabalho uberizado a partir do caso dos motofretistas na cidade de Campinas, em que as autoras abordam uma pesquisa empírica que produziu dados a respeito dos processos de *uberização* e das condições de trabalho dos entregadores . A pesquisa focou no trabalho dos motoboys, mas expressa a condição de milhares de trabalhadores e trabalhadoras submetidos ao formato dos trabalhos uberizados.

Durante os últimos anos, não faltaram casos que representam o absoluto descaso para com a saúde e, no limite, a vida dos entregadores de aplicativo. Casos de acidentes de trânsito e de racismo foram sutilmente desprezados e negligenciados pelas *empresas-aplicativo*, com a contribuição dos processos de terceirização e de aparente dispersão do poder e do controle. Segundo Abílio e Santiago (2024), “a transferência de riscos e custos não é apenas das empresas para os trabalhadores e trabalhadoras, mas para toda a sociedade” (p. 13). Ou seja, em caso de acidentes e de problemas de saúde de maneira geral, as *empresas-aplicativo* não só não se responsabilizam pelos cuidados, apoio e muito menos pelos custos, como delegam aos próprios entregadores que se mobilizem no caso de situações como essa, bem como para o próprio sistema de saúde que, conforme Abílio e Santiago (2024), “torna-se, também ele, vítima da *uberização*, recolhendo, salvando e enterrando aqueles que dão a vida pela circulação de mercadorias como modo de sobrevivência” (p. 11).

Segundo os resultados obtidos pelas pesquisadoras, grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados apresentaram níveis preocupantes de medida da pressão arterial, além de baixíssimos índices de sono e de ingestão de líquido e alimentos necessários para o período de trabalho. Isso tudo é intensamente agravado pelas longas jornadas de trabalho realizadas pelos entregadores , ultrapassando 44 horas semanais para grande parte deles. No que diz respeito aos acidentes de trabalho, a grande maioria dos entrevistados afirmou já ter sofrido acidentes de trânsito, muitas vezes tendo que se afastar das atividades, sendo o medo de se acidentar um elemento muito presente entre os entregadores .

O que esses dados nos mostram é que há um índice de sofrimento muito profundo que atravessa a vivência dos entregadores . Desde violências explícitas - como a ação da polícia e a negligência com os trabalhadores e trabalhadoras no caso de acidentes -, até violências silenciosas - como a falta de apoio e suporte para necessidades básicas (como pontos de apoio para água, banheiro, alimentação, entre outras formas de garantir a dignidade desses trabalhadores e trabalhadoras) -, está em curso um processo cruel de tornar a vida dos entregadores (em sua maioria corpos negros, pobres e periféricos) e, no limite, dos

trabalhadores e trabalhadoras de maneira geral, cada vez mais nula e insignificante. As novas formas de controle e gestão do trabalho operam diretamente com os mecanismos de estabelecimento da morte como política mediata e imediata.

Considerações finais: limitações e novas questões

Pensar transformações contemporâneas implica na necessidade de reconhecer a dificuldade e nebulosidade em se compreender os processos no seu contínuo devir. A *uberização* do trabalho se mostra uma tendência que se desenrola desde os confins do século XX, aprofundando a precarização do trabalho e, no limite, da vida como um todo. As características assumidas pelas entregas por aplicativo expressam os traços que o trabalho ganha com as novas formas de controle e exploração, emergindo como a ponta de um iceberg que demanda a compreensão de suas nuances, contradições e processos. Portanto, a reflexão a respeito da vida e dinâmicas cotidianas da modalidade de entregas por aplicativo demanda a compreensão do contexto de profunda fragmentação da vida e, dessa forma, de intensa dispersão-concentração dos corpos pelo espaço em um momento de rebaixamento dos horizontes de possibilidades.

Na primeira parte da pesquisa buscamos contextualizar de maneira ampla as transformações capitalistas e as suas implicações na vida de maneira geral. Para isso, se fez necessário recuperar os conceitos de neoliberalismo e globalização, bem como do paradigma tecnológico do capitalismo a fim de compreender a invasão tecnológica no mundo do trabalho e, no limite, em todas as esferas da vida. Recuperamos os debates travados pela socióloga Ludmila Abílio e por Ricardo Antunes sobre a *uberização* e a intensificação da precarização da vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, que se lançam à sorte em uma cidade profundamente desigual e fragmentada, cuja violência é iminente ao seu próprio processo de produção. No segundo momento, nos propusemos, então, a aprofundar a discussão a respeito do processo de urbanização como ele é em si um processo violento. Um processo que produz um espaço que concentra e dispersa, simultaneamente, sustentado pela superexploração da classe trabalhadora e por uma seletividade do Estado no modo de agir, sempre em conformidade com os interesses capitalistas.

A partir das contradições que emergem, nos propusemos a analisar a produção do espaço como processo chave da compreensão das dinâmicas sócio-espaciais dos trabalhos de entrega por aplicativo. Sendo a cidade socialmente e espacialmente desigual, são (re)produzidos fluxos e reiteradas morfologias de um espaço cuja relação fundamental é a relação dinâmica entre

centro e periferia. Partindo das periferias, os entregadores deslocam-se para as áreas centrais (centralidades do capital) que concentram as oportunidades, os instrumentos de trabalho, a infraestrutura, as promoções, entre outros elementos que viabilizam o trabalho. Neste sentido, entendemos que a concentração de capital também implica na concentração do trabalho, visto que a relação entre capital e trabalho é dialética.

A partir da análise desses processos e da geografia dos trabalhos de aplicativo, passamos a compreender que, imersas em contradições, as relações e dinâmicas sócio-espaciais estabelecidas no cotidiano dos entregadores perpassam por múltiplas situações limítrofes e de intensos conflitos que indicam a mais profunda precarização das condições de trabalho. A urbanização se constitui como um processo violento, articulado aos processos de produção do espaço e de reprodução das relações sociais de produção, em que o planejamento, orientado pela propriedade privada produz segregação e fragmentação sócioespacial. As situações relatadas em campo demonstram uma intensificação da face da penúria da vida cotidiana, sob contínuas tentativas de repressão e apagamento dos corpos e vidas de pessoas que, a cada dia, tornam-se cada vez mais descartáveis. Se unem sob as forças do capital em um contínuo processo de fazer morrer e deixar morrer, numa cruel tentativa de anular a existência e a vida da classe trabalhadora.

A fragmentação do espaço-tempo produzida pelo capitalismo implica também em uma constante tentativa de retroalimentação da competitividade, de relações que se afastem da solidariedade e da identificação com o outro. Produz-se e reproduz-se uma nova subjetividade pautada em dispositivos de eficácia e na generalização da forma empresa no interior do corpo social. As greves são momentos que escancaram esses processos: por não ver futuro ou até mesmo legitimidade na organização de classe, muitos se opõem, colocando-se ao lado das *empresas-aplicativo*. Nas conversas de campo, pudemos observar uma clara divergência no que diz respeito à regulação do trabalho ou não. No olho do vendaval, muitos entregadores consideram-se empreendedores e donos de seu próprio espaço-tempo de trabalho. Ou seja, a prática social é atravessada por intensas contradições, conflitos e tensões, por avanços e retrocessos, encontros e desencontros que fervilham pelo tecido urbano, condicionados por ele e continuamente produzindo-o.

E, em meio a tudo isso, também se produz aquilo que opõe; aquilo que resiste e resta, ainda assim. Parte do processo da pesquisa permitiu que, da identificação das brechas, se abrisse caminho à esperança. Em um movimento que se segue da análise do cotidiano enquanto dimensão concreta da vida, pudemos redescobrir o fio da vida que permite continuar a seguir: há relações de solidariedade nos encontros imprevistos, laços que se fortalecem com a

identificação mútua e a amizade fundada no companheirismo. Nas brechas e nos contratempos produz-se, no limite, uma instância de resistência às tendências de aprofundamento da individualização e competitividade entre a classe trabalhadora. É a possibilidade de construir estratégias de sobrevivência à dominação completa do capital a partir daquilo que é residual. Cabe, então, pensar e identificar os pontos de tolerância e aqueles de inflexão. Dessa forma, ainda que as brechas não impliquem necessariamente na alteração da lógica de reprodução capitalista, elas podem indicar que se mantém acesa a chama das resistências à completa dominação e a necessidade de construção de estratégias de luta que possam culminar, elas sim, na transformação da realidade social. E, assim, criar um novo espaço-tempo, que permita a reunião do concebido, do vivido e do percebido; que seja disruptivo e que surja do encontro de tudo que é diferente; da negação do espaço abstrato surgirá o novo,

Porque o espaço abstrato tende para a homogeneidade, porque ele reduz as diferenças (particularidades) existentes, e porque o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças. Ele reunirá o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social. Ele acabará com as localizações que rompem a unidade do corpo (individual e social), do corpo de necessidades, do corpo do conhecimento (LEFEBVRE, 2006, p. 84-85).

O que nos parece central, a partir de uma análise das dinâmicas urbanas discutidas até aqui, é a tentativa de pensar a articulação das lutas e movimentos por um urbano e uma cidade que não esses, mas outros, que superem, enfim, a fragmentação produzida pelo curso do capitalismo. É preciso, então, ir a fundo na compreensão do movimento em que as mercadorias substituem as relações diretas entre as pessoas e produzem um estranhamento do indivíduo na metrópole (CARLOS, 2017). Se o capital foi capaz de se adaptar, se transformar e sobreviver por tanto tempo, é preciso buscar o outro lado da moeda e encontrar um ritmo e processo de luta que permita também à nós a maleabilidade que torne possível o enfrentamento contra a *hidra capitalista* e suas múltiplas cabeças, como nos ensinam os zapatistas. Não se trata, no entanto, de romantizar a situação ou até mesmo de pensar as relações sócio-territoriais mecanicamente, senão de mapear tudo aquilo que escapa ao domínio da mercadoria para que se possa converter em possibilidade concreta de transformação; aquilo que caminha entre o possível e o impossível.

Nunca livre de contradições, reiteramos que valorizamos, na pesquisa, um espaço privilegiado para a esperança. A partir dos trabalhos de campo, nos propusemos a acreditar que uma defesa dos encontros toca, no limite, uma defesa do que ainda há de lúdico no dia-a-dia; uma defesa de que, nas brechas, nos contratempos, nas fissuras e nos fundos de quintais do

mundo, ainda reside algo de extremamente precioso e reluzente, fundamental para as transformações que, com muita luta, podem vir a ser profundas e radicais. Neste sentido, acreditamos que seja fundamental o encontro entre as necessidades individuais e coletivas, na medida em que se faz essencial a luta pelo próprio direito à vida como pauta mais que urgente e, ao mesmo tempo, a luta por uma vida outra, que não essa, impregnada pelo espaço-tempo do capital. Uma vida que valorize a dimensão sensível da vida e que tenha por princípio a solidariedade e o companheirismo, a dignidade, os sonhos e as paixões coletivas-individuais – de forma que, assim, criemos *um mundo em que caibam muitos mundos*¹⁵.

E se, então, nas portas do inferno se inscrevem as célebres palavras de Dante Alighieri (2009, p.7), “abandonai toda a esperança, vós que entraís”¹⁶, a isso, enfim, responderemos: para derrubar o muro, basta abrir uma fenda.

E se não há fenda, pois bem, fazemos uma - raspando, mordendo, chutando, golpeando com as mãos e a cabeça, com o corpo todo, até causar na história a exata ferida que somos.

Subcomandante Insurgente Galeano (2021)

¹⁵ Princípio zapatista inscrito nos muros dos caracóis de Chiapas, no coração da selva Lacandona do sudeste mexicano.

¹⁶ ALIGHIERI, D. **A divina comédia**: inferno. Versão em prosa, notas, ilustrações e introdução por Helder L. S. da Rocha. Ilustrações de Gustave Doré, Sandro Botticelli e William Blake. – São Paulo, 1999.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, L. C. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração**. Site Passapalavra/ Blog da Boitempo, 2017. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2017/02/110685/>>. Acesso em: 17/02/2023.

_____. **Uberização: Do empreendedorismo ao autogerenciamento subordinado**. Psicoperspectivas, v. 18, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/11/ARTIGO-L-C-ABILIO.pdf>>. Acesso em: 17/02/2023.

_____. **Uberização: a era do trabalhador just-in-time?**. Scielo, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/?lang=pt>>. Acesso em: 17/02/2023.

_____. **Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho**. Novos estudos. CEBRAP, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579-597, set. 2020a. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Abilio-L.-Uberiza%C3%A7%C3%A3o-e-Juventude-Perif%C3%A9rica.pdf>>. Acesso em: 17/02/2023.

_____. **Breque no despotismo algorítmico: uberização, trabalho sob demanda e insubordinação**. Blog Boitempo, 2020b. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/>>. Acesso em: 30/05/2023.

_____. **Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 933-955.

ALVES, G. A. **A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido**. GEOUSP - Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 23, n. 3, p. 551–563, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163307/159118>>. Acesso em: 10/09/2024.

ANTUNES, R. **ADEUS AO TRABALHO?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 (pág. 335-351). Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 29/05/2023.

BASCHET, J. **A experiência zapatista**. São Paulo: N-1 edições, 2021.

BATALHA, C. H. M. **Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva**. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico: da proclamação da República à Revolução de 1930: Primeira República (1889-1930)*, vol. 1, 10ª ed. rev., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 153-182. [versão ampliada e atualizada do capítulo publicado originalmente em 2003].

CARLOS, A. F. A. **O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo São Paulo, v. 18, n. 2, p. 472-486, 2014.

_____. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole** [recurso eletrônico] /Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: FFLCH/USP, 2017. Disponível em: <<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/388/340/1387>>. Acesso em: 02/04/2024.

_____. **Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 23, n. 3, p. 458-477, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163371. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163371>>. Acesso em: 29/05/2023.

CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M.; VASCONCELOS, P. A. (orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1. ed, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. O poder global e a nova geopolítica das nações / José Luís Fiori. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FIORAVANTI, L. M. **Espaço urbano e plataformas digitais: deslocamentos e condições de trabalho dos cicloentregadores da metrópole de São Paulo**. Geousp, v. 27, n. 2, e-201427, maio/ago. 2023. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/geo/a/7zBH4NLv5cdgbp9Ld6xP48d/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24/04/2024.

FIORAVANTI, L. M.; MARTINS, F. R.; RIZEK, C. **Plataformas digitais e fluxos urbanos: dispersão e controle do trabalho precário**. Cadernos Metrópole, v. 26, n. 59, 2024, pp. 69-96. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cm/a/TSqKFZwBjttDZ3gVfnydgGL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02/04/2024.

FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

GALEANO, S. I. **Contra a Hidra Capitalista**. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

LEFEBVRE, H. **O fim da história**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1971.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006

_____. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **Espaço e política: O direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

_____. **A revolução urbana**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LENCIONI, S. **Concentração e centralização das atividades urbanas**: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Rev. Geogr. Norte Gd.*, Santiago, n. 39, p. 7-20, maio de 2008. Disponível em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34022008000100002>.

Acesso em: 05/04/2024.

MARX, K. **O Capital** (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O Capital**: Capítulo VI (inédito). 1ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JUNIOR, O. A. **Desafios da Questão Urbana na Perspectiva do Direito à Cidade**. In Santos Junior, O. A.; Christovão, A. C. & Novaes, P. R. Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais (pp. 11-16). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SANTOS, C. R. S. **A nova centralidade da metrópole**: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-28032013-122800. Acesso em: 02/04/2024.

_____. **Henri Lefebvre e a morfologia de uma dialética espacial.** Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 525-550, dez. 2019, ISSN 2179-0892. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163150/158252>>. Acesso em: 17/02/2023.

_____. **Em direção a uma utopia espacializada:** romantismo e vida cotidiana no marxismo de Henri Lefebvre. Scielo: Artigos - Cidade, História e Cultura Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. 23, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeur/a/b57vcVT6hkr4nrFkfNqyGJm/#>>. Acesso em: 17/02/2023.

_____. **Dos negócios na cidade à cidade como negócio:** Uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. CIDADES, v. 3, n. 5, 2006, p.101-122.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TELLES, V. S. **A cidade entre as fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2010.

_____. **Trabalho e formas de vida.** In: TELLES, Vera. Pobreza e Cidadania. São Paulo: Editora 34, 2013, pp. 89-114.

VINÍCIUS, L. **A greve dos apps e a composição de classe.** Passapalavra, 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2020/08/133801>>. Acesso em: 24/04/2024.

ANEXO A - Mapa dos deslocamentos de 210 entregadores por bicicleta do local de moradia

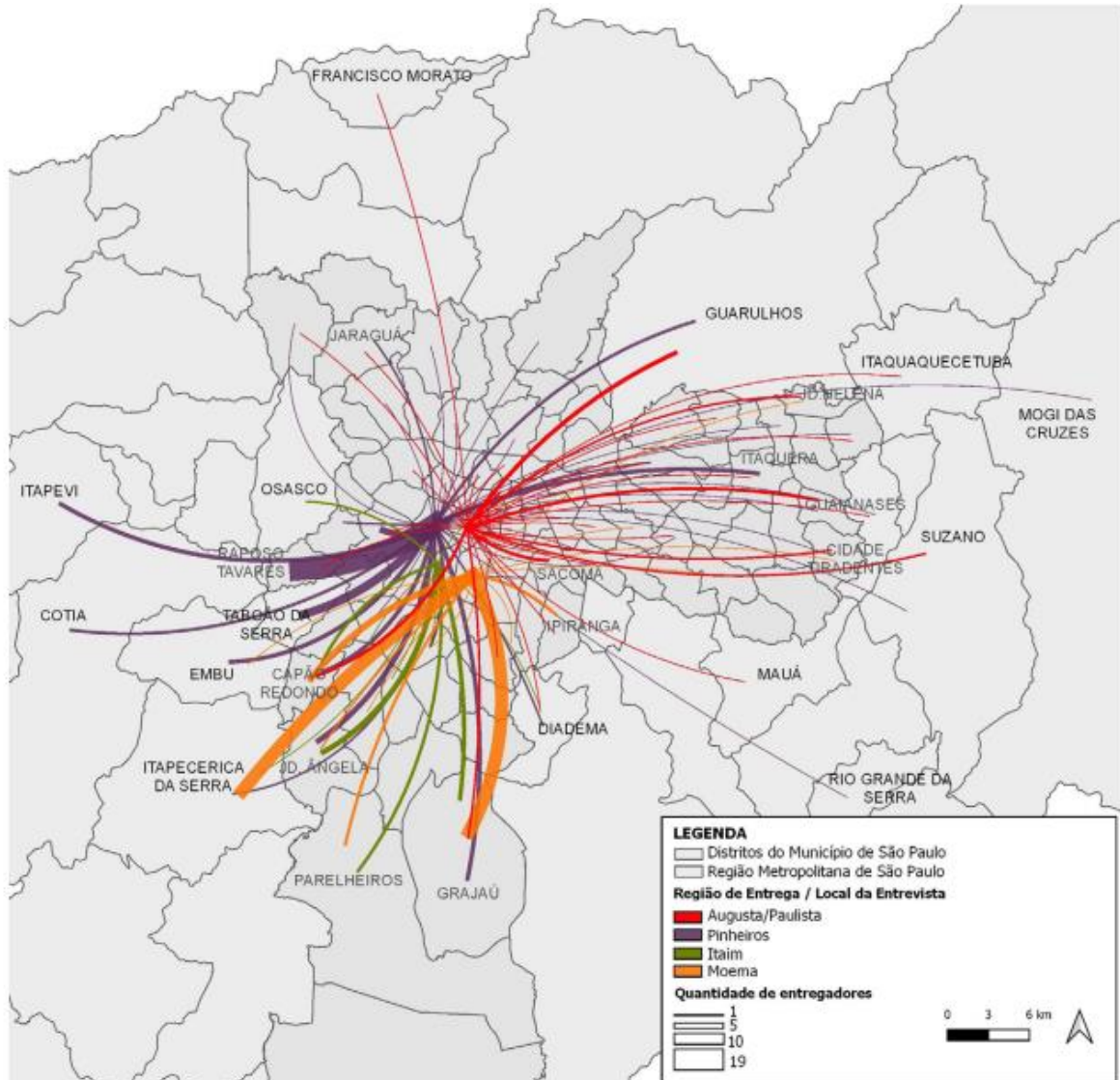


Figura A1. Mapa dos deslocamentos de 210 entregadores por bicicleta do local de moradia até centralidades privilegiadas para entrega na cidade de São Paulo, 2022. Elaboração: Livia M. Fioravanti. Levantamento em campo realizado pela autora nos arredores das bases do iFood Pedal.

ANEXO B - Mapa de melhores regiões para entregas por bicicleta na cidade de São Paulo segundo o iFood e localização das bases do iFood Pedal.

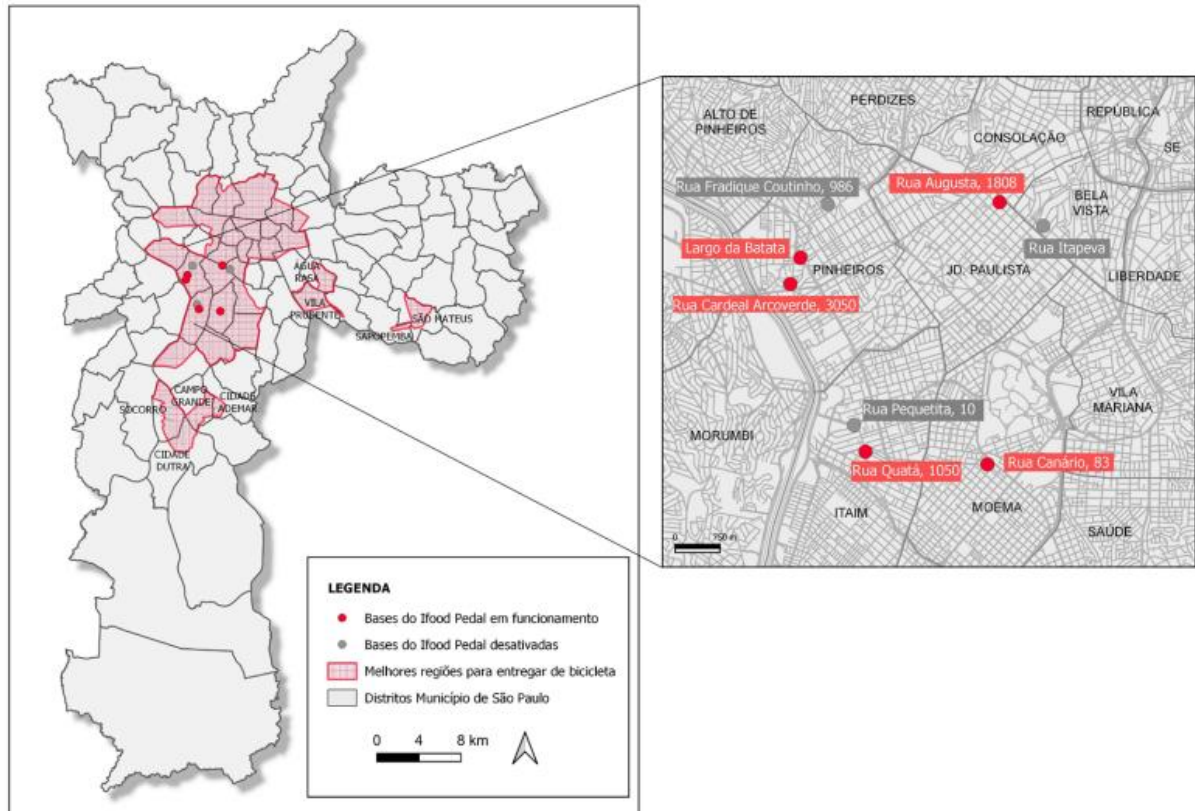


Figura B1. Mapa de melhores regiões para entregas por bicicleta na cidade de São Paulo segundo o iFood e localização das bases do iFood Pedal, 2022. Elaboração cartográfica: Lívia M. Fioravanti. Fonte dos dados: As melhores regiões para entrega por bicicleta foram delimitadas pela autora a partir de imagem disponível em <https://entregador.ifood.com.br/dicas-ifood/melhores-regioespara-entregar-de-bike-em-sao-paulo/>, publicada em janeiro de 2021.

ANEXO C - Mapa da capacidade e localização das estações Bike Itaú na cidade de São Paulo.

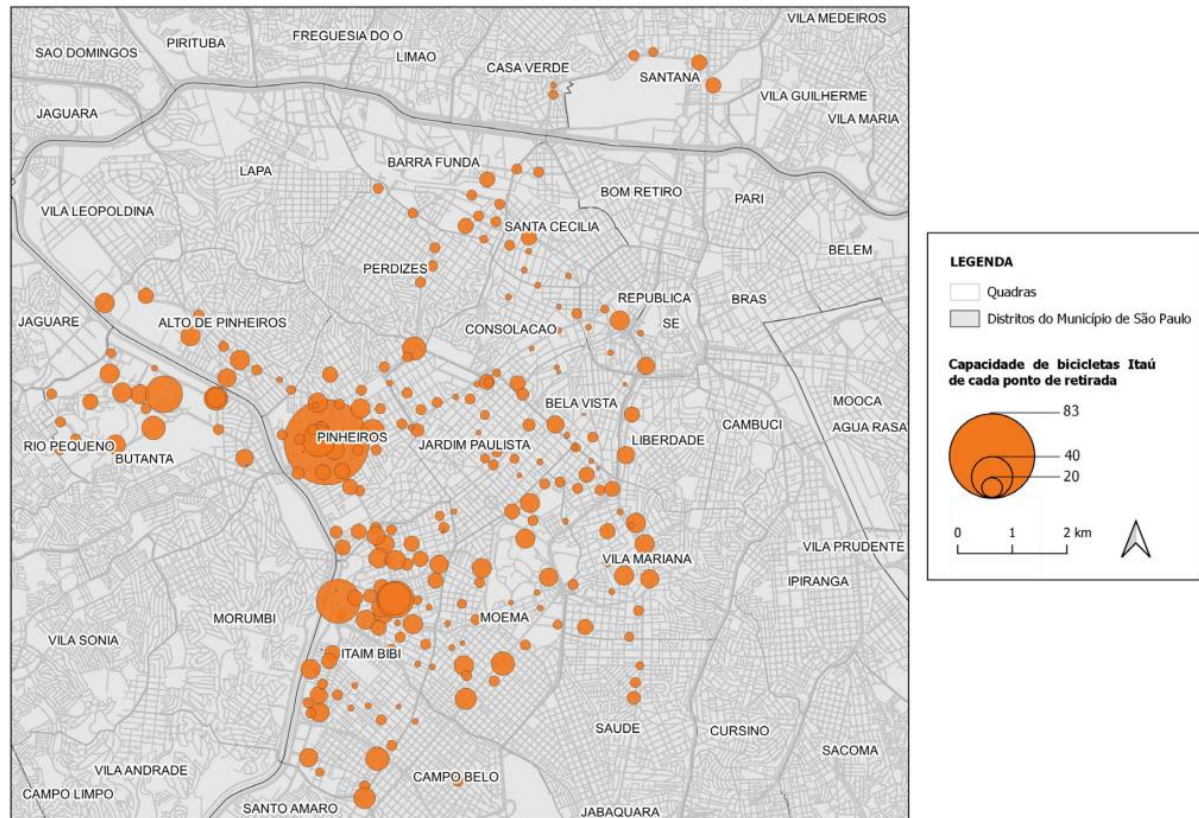


Figura C1. Mapa da capacidade e localização das estações Bike Itaú na cidade de São Paulo, 2022. Elaboração cartográfica: Livia M. Fioravanti. Levantamento e organização dos dados: Lucas Andrade Alves de Lima e Livia M. Fioravanti.